



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

ACTA Nº4/2014

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2014

----- Aos 30 dias do mês de Setembro de 2014, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Alijó.

----- Dos trinta e cinco membros que a compõem, faltou o Senhor Deputado Hélder Furtado. A Senhora Deputada Ana da Conceição Sequeira Sobrinho de Sousa chegou às 16.03h.-----

----- Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Vice-Presidente José Rodrigues Paredes, em substituição do Sr. Presidente da Câmara, bem como os Senhores Vereadores Cristina Ribeiro Felgueiras, António Joaquim Fernandes, Luís Miguel Rodrigues e Adérito Figueira. -----

----- A sessão foi presidida por Manuela Domingues, Presidente da Assembleia Municipal secretariada pelos Senhores Deputados Mário Joaquim Vaz, 1º secretário da Mesa, e Fátima Barros, 2ª secretária da Mesa.-----

----- Havendo "quórum" foi pela Senhora Presidente declarada aberta a sessão quando eram 14.30 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:** -----

----- **UM:** *Exposição do Senhor Presidente da Câmara – Apreciação, nos termos da alínea c) n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.* -----

----- **DOIS:** *Modificação Orçamental n.º 10 – Revisão ao Orçamento da Despesa n.º 1 e ao Plano Plurianual de Investimento n.º 1 – Aprovação.* -----

----- **TRÊS:** *Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao fornecimento de energia eléctrica para as instalações dos Municípios da CIM Douro e afins/2015, que se estima no valor anual de €661.343,01 - Aprovação.* -----

----- **QUATRO:** *Regulamento para a criação da Comissão Municipal de Protecção do Idoso de Alijó – Aprovação.* -----

----- **CINCO:** *Acordo de execução de Delegação de Competências nas Freguesias, previstas no n.º 1, do artigo 132.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – Aprovação.* -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

ML

2
J
B

----- **SEIS:** Relatório semestral elaborado pelo Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município de Alijó - Conhecimento e Apreciação.

----- **SETE:** Relatório de despesa com aquisição de serviços com compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica dada por deliberação da Assembleia na Câmara Municipal, de 13 de Novembro de 2013 – Conhecimento.

----- **OITO:** Reestruturação orgânica, competências das unidades orgânicas e Regulamento dos cargos de direcção intermédia de 3º grau - Aprovação; -----

----- **NOVE:** Mapa de pessoal 2014 – 1. Alteração - Aprovação. -----

----- **DEZ:** Abertura de procedimentos concursais comuns para preenchimento de postos de trabalho; -----

----- **ONZE:** Protocolo de fornecimento de serviço público com a empresa de Viação Beira-Douro, Lda – Conhecimento. -----

----- **DOZE:** Pacote fiscal 2015: Derrama, Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) e Participação Variável de 5% no IRS – Aprovação. -----

----- **TREZE:** Moção “Contra a Extinção da Casa do Douro” - Conhecimento; -----

----- **CATORZE:** Documentos previsionais (Orçamento e Grandes Opções dos Planos), para o exercício económico de 2015 - artigo 45 n.º 1, da lei 73/2013, de 03/09; -----

----- Tendo a acta da reunião da assembleia do dia 30.06.2014 sido colocada à discussão, foi dada a palavra aos Senhores Deputados Filomena Nogueira, Luís Lameiras e Cláudio Vilela, que se inscreveram para sobre ela se pronunciarem. -----

----- **DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA (PS)** -----

É só para dizer que na minha intervenção, na página dezanove, quinto parágrafo, onde se lê “nomeadamente nas estradas mais estradas”, deve ler-se “nomeadamente nas estradas mais estreitas.” -----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS)** -----

Na página número seis, no parágrafo dois, na linha três, onde se lê “uma banda”, deve ler-se “a banda”. Na página número sete, parágrafo dois, na linha dois, onde se lê “decorrendo a várias iniciativas”, deve ler-se “decorrendo as várias iniciativas”. Ainda na página número sete, parágrafo três, linha quatro,

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

3

onde se lê “alguns anos desta parte”, deve ler-se “alguns anos a esta parte”. Na página número trinta e quatro, parágrafo dois, linha dois, onde se lê “passe a expressão, vou-lhe renumerar aquilo que os senhores disseram”, deve ler-se “passo a expressão, vou-lhes recordar aquilo que os senhores disseram”. Por último, ainda na página número trinta e quatro, parágrafo cinco, linha seis, onde se lê “a desertificação do nosso concelho e ao abandono das terras”, deve ler-se “ a desertificação do nosso concelho e o abandono das terras”. São estas as correcções que eu tinha para fazer. -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS)** -----

Senhora Presidente eu iria pedir a sua autorização, porque eu tenho uma correcção à acta para fazer e também uma interpelação à Mesa. Iria pedir a sua autorização para fazer os dois assuntos no mesmo ponto. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Vamos fazer as correcções primeiro. -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** É que enquadra-se, para não estar a duplicar o sentido, mas pronto, será assim certamente. Pronto, então passa-se o seguinte: na última acta, na página quatro, no final da página quatro, na minha intervenção, eu solicitei ao Senhor Presidente em exercício da última sessão, que fosse corrigida a acta da sessão anterior, no sentido de, em que eu solicitei intervir num ponto e que não fui autorizado. Seguidamente, no início da página cinco, questionei novamente se a acta iria ser corrigida ou não, ao que o Senhor Presidente da Mesa me respondeu que sim, que iria certamente ser corrigida. Acontece que a acta foi colocada no site da Câmara Municipal sem esta correcção. Eu queria levantar aqui a questão e questionar se de facto ela deveria ou não ter sido corrigida? É que ela foi aprovada com a correcção e no site não está assim. Relativamente à acta era só. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Efectivamente tinha que ser corrigida. Só um bocadinho, está bem? É como se lembrará, eu não estive presente na última Assembleia. -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** Mas está escrito Senhora Presidente. Ainda bem que está escrito. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Está escrito, portanto já se sabe que deveria constar essa correcção. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** Então solicito que a acta seja retirada do site e seja colocada com a verdade reposta. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Vamos ver a melhor forma, está bem? Será feita a correcção. Se é retirada ou não, ou se haverá uma adenda, nós depois vamos decidir. Mais alguém quer falar sobre a acta ou fazer mais alguma correcção à acta? -----

Não havendo mais inscrições, voltou a dar a palavra ao Senhor Deputado Cláudio Vilela para fazer a interpelação solicitada. -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS)** -----

A minha interpelação vai no mesmo sentido, numa interpelação à Mesa que é o seguinte: agora temos plasmado nas duas actas, em que a apresentação e aqui foi referir a dualidade de critérios da Mesa, em que na apresentação de uma moção por parte do PSD, a Mesa não permitiu que eu tivesse feito uma intervenção sobre a mesma. Sobre uma moção. E na apresentação de uma moção pelo PS, que aconteceu na última sessão, a Mesa permitiu que essa moção fosse debatida aqui na Assembleia Municipal. Era só. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** O Senhor Deputado na altura não tomou posição relativamente a isso, presumo, pois não? -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** Esta a referir-se a que sessão? -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** À última sessão que houve da Assembleia. -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** Não tomei posição mas está aqui a prova nas duas actas. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Eu penso que está a falar da Moção sobre o encerramento das finanças. É esse o primeiro? -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** Exactamente. Apresentada na sessão de dia 30/04/2014. E na última sessão estou a falar da moção do encerramento da Casa do Douro. No fundo não estamos a ver o tema das moções. Estamos a ver é que são duas moções. Uma foi debatida, foi dada a palavra a todos os Senhores Deputados para que pudessem falar e bem. Quero dizer que essa parte correu muito bem. Na outra não me foi dada sequer a autorização para isso e eu também já tinha reclamado sobre isso. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

6

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Deputado Cláudio Vilela, sem qualquer tipo de falta de solidariedade para com a Mesa, eu devo dizer-lhe que presidi à assembleia de 30 de Abril, posso responder pela de 30 de Abril, quanto à moção da Bancada do PSD e aliás já tive oportunidade de lhe referir. Em causa estava uma Moção contra o encerramento do Serviço de Finanças, assunto amplamente debatido desde que eu tomei posse, em que ambas as Bancadas manifestavam o mesmo interesse e portanto era uma Moção que não tinha qualquer dúvida, era unicamente para ser votada. Quanto à outra, eu não estive presente, não poderei responder, mas eu considero que não há uma dualidade de critérios. Não sei qual foi a razão pela qual ela foi debatida. Posso-lhe explicar porque é que não foi debatida a outra. Aliás já tive oportunidade também de lhe explicar. -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** Eu quero dizer que na minha opinião existe essa dualidade de critérios.-----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Fica consignado em acta que considera que houve uma dualidade de critérios. -----

Colocou de seguida acta em votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com a abstenção dos Senhores Deputados Humberto Barbosa, Alexandra Cardoso e João Vilela por não terem estado presentes na sessão anterior. -----

De seguida, a **SENHORA PRESIDENTE** deu conhecimento da correspondência recebida, informando: -----

- a) Que, face aos motivos invocados, considera-se justificada a falta dos Senhores Deputados Alexandra Cardoso e João Paulo Vilela à última assembleia.-----
- b) Que os Senhores Deputados Humberto Barbosa e Hélder Furtado, não apresentaram justificação de falta.-----
- c) Da recepção do ofício da CIMDOURO acompanhado de uma moção aprovada pela A.M. de Bragança contra a introdução das portagens na A4, de que deu conhecimento, através de mail enviado em 9 de Julho a todos os Senhores Deputados.-----
- d) Do ofício enviado pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses, para participação em conferência que tem por tema " A Organização Territorial do Estado na Democracia de proximidade", a realizar no dia

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

6
Handwritten signatures and initials in blue ink.

15 de Outubro no Auditório da Fundação Bissaya Barreto em Coimbra de que deu conhecimento, através de mail enviado em 19 de Setembro a todos os Senhores Deputados.-----

- e) Do mail e anexos enviados pela comissão organizadora do “Encontro Internacional Os Municípios na modernização educacional”, cujo teor foi divulgado a todos os Senhores Deputados, através de mail, enviado a 19 de Setembro.-----
- f) Que em sessão da AM de Sabrosa de 27 de Junho, foi deliberado aprovar por unanimidade a moção “ Contra a Extinção da Casa do Douro” apresentada pela Senhora Deputada eleita pelo CDU, Sara Virgínia da Rocha Marques.-----
- g) Que em sessão da A.M. de Mesão Frio foi aprovada por unanimidade, uma proposta que tem por objecto a discussão do futuro da Casa do Douro, apresentada pelo Senhor Deputado eleito pelo Partido Socialista, Eduardo Miranda.-----
- h) Da carta de agradecimento enviada pelo Conselho Executivo dos Bombeiros Portugueses, na sequência do voto de pesar deliberado na sessão de 30.06.2014.-----
- i) Da recepção dos documentos e minutas aprovadas em reunião de Câmara de 10/06, 24/06, 07/08, 28/08, 04/09, 18/09 e 23/09 e das actas de reunião de câmara de 26/06, 10/07, 24/07, 07/08, 28/08 e 04/09.-----
- j) Da recepção do jornal A Voz das Misericórdias.-----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Antes de darmos entrada no período de Antes da Ordem do Dia, queria perguntar aos Senhores Deputados se vêm algum inconveniente em aditarmos um ponto à Ordem do Dia, qual seja, a aprovação do texto da moção contra a introdução das portagens na A4 já aprovada pela Assembleia Municipal de Bragança.-----

É que conforme já devem ter constatado foi-nos solicitada a sua aprovação, facto que eu não fiz constar da ordem do dia e de que me penitencio.-----

Se concordarem, será aditada à ordem do dia sob o **ponto nº15** o seguinte:” **Contra as Portagens na A4” (moção da AM de Bragança) - aprovação do texto da moção.**

-----O aditamento do ponto foi acolhido por unanimidade.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

7

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Por último: A Mesa relembra os Senhores Deputados, que não deverão ausentar-se da assembleia, salvo em caso de motivo justificado e pedíamos ainda que dada a extensão dos pontos da ordem do dia, façam um esforço para que as intervenções não extravasem os tempos regulamentares.-----

-----De seguida a Presidente da Mesa introduziu o **período de antes da ordem do dia** e abriu inscrições, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Luís Lameiras, Filomena Nogueira, Telmo Pinto, Alceu Costa, António Lousa, Sónia Pinheiro, Marco Rodrigues, Vítor Sequeira, João Vilela, Samuel Cunha e Cláudio Vilela.-----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS)** -----

Senhora Presidente, o Regimento desta Assembleia prevê a promoção de debates, de colóquios, acerca de problemáticas que possam ser de interesse do nosso concelho. Estamos praticamente num ano cumprido de mandato e até à data ainda não se realizou nenhum desses eventos. Queria-lhe perguntar como é que estava isso e se já tem alguma ideia para fazer a promoção desses eventos? E sugeria-lhe por exemplo, caso venha a promover alguns, sugeria-lhe por exemplo um tema que é muito caro no nosso concelho, como seja a desertificação do nosso concelho. Ou por exemplo, a ética na política.-----

Posto isto, queria falar aqui, novamente, porque para mim é extremamente importante esta questão. É a questão do posto de turismo no Pinhão. Depois do senhor Presidente da Câmara, no discurso das Comemorações do 25 de Abril ter dito que o turismo era uma das apostas deste executivo permanente do PSD. Depois de me ter dito, quando o questionei relativamente a isso, me ter dito o seguinte «vamos efectivamente ter um posto de turismo e com a dignidade que merece». Quer dizer, depois de tudo isto, estando nós na recta final da época alta de verão, o posto de turismo continua por abrir.-----

Depois, a questão do Auditório Municipal, continua por resolver e na passada sessão de 30 de Junho, a senhora Vereadora da Cultura distribuiu pelos presentes nessa assembleia, uma cópia da licença de espectáculos, para nos mostrar que a mesma estava caducada. Essa cópia tem a data de 25 de maio de 2013, mas já com este Executivo Permanente foram lá realizados vários eventos, nomeadamente a instalação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. Neste momento está a decorrer a exposição Bienal da Gravura do

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

8

Douro. Está lá a decorrer. Portanto, presumo que a legalidade já foi reposta. Portanto, partindo desse princípio, solicitava à Senhora Vereadora da Cultura, que nos distribuísse uma cópia da licença actualizada para o funcionamento de eventos no Auditório Municipal. Depois, perguntava ainda, para quando a resolução da questão do Auditório? Para quando a sua abertura? -----

Por último, neste período da ordem do dia, queria fazer aqui uma abordagem, em termos genéricos, àquilo que se passou, no que diz respeito à água do concelho de Alijó. Houve falta de água, houve para aí uma grande polémica. Ora, que eu saiba, a gestão da água da rede pública no nosso Concelho é efectuada pela Câmara Municipal. Logo, a responsabilidade é a Câmara Municipal que a tem de assumir. Mas pelas notícias que eu vi, a Câmara Municipal não assumiu responsabilidade nenhuma. Ora, a exemplo daquilo que fez o Senhor Ministro da Educação e a senhora Ministra das Finanças porque cometeram lapsos, erros gravíssimos, vieram pedir desculpas pelos erros cometidos a quem de direito. Porque é que o Executivo Permanente do PSD não veio pedir desculpas e não veio repor a verdade sobre esta problemática. Para já terminei esta minha intervenção. -----

----- **DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA (PS)** -----

Começo por desejar, uma vez mais, rápidas melhoras ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, para que, com a brevidade possível, exerça as funções para que foi eleito há precisamente um ano, as funções de Presidente da Câmara. -----

Quero ainda informar esta Assembleia Municipal de que na qualidade de representante das Juntas de Freguesia fui convocada para uma reunião da Assembleia Distrital de Vila Real, no passado dia 15 de Julho. Acontece que esta reunião não se realizou por falta de quórum. Lamento que o Executivo Municipal e a Assembleia Municipal de Alijó também se não tenham feito representar, pelo que também colaboraram para a falta de quórum e obviamente para o facto de esta reunião não se ter realizado. -----

Quero ainda aqui nesta Assembleia Municipal dar uma palavra de solidariedade para com o meu colega, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde, no que concerne àquela situação de falta de água de Perafita. Quero lamentar tudo aquilo que vimos através da televisão, aquela falta de respeito, aquela falta de educação por parte de alguns populares para com o meu colega Presidente da

Acta de Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

9
[Handwritten signatures]

Junta no exercício das suas funções. Acho que isto foi lamentável, ainda mais, pelo facto de aquela tarefa que ele estava a desempenhar naquele lugar, nem sequer era da sua competência, porque, como todos nós sabemos, o abastecimento de água às populações não é competência das Juntas de Freguesia, nem do Presidente de Junta, mas sim competência do Executivo Municipal. Por isso, acho que ele foi insultado indevidamente. -----

Aproveito esta oportunidade para também dizer aqui nesta Assembleia Municipal, de uma forma muito especial ao Executivo, de que também no Alto do Pópulo a falta de água acontece várias vezes porque a rede que lá existe é uma rede sem condições. Uma rede rudimentar. E a água é proveniente não da barragem, mas sim de uma nascente local, o que muitas vezes acontece que haja também falta de água. Gostava que o Executivo providenciasse no sentido de aquela população também ser abastecida pela água da barragem, porque senão, a qualquer momento repete-se aquilo que se verificou em Vila Verde. Falta de respeito pelo Presidente da Junta e pelas Instituições. E de momento é só, muito obrigada. -----

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS)** -----

A minha intervenção vai só referir um acontecimento que é recente e que faz parte de um marco histórico na nossa vida democrática e de participação activa, no teatro político não só local, regional, mas sobretudo nacional. Refiro-me às eleições primárias que decorreram no passado domingo, dia 28, em que tenho de elogiar, obviamente, como representante da bancada do Partido Socialista, o processo em si, a forma como o sistema funcionou e principalmente a grande aproximação, e que a política necessita tanto, a grande aproximação dos eleitos com o eleitor, no sentido de combatermos aquilo que se tem vindo a assistir ao longo destes anos, que é a abstenção, a distância e principalmente a desconfiança que tem surgido sobre os eleitos. -----

O Partido Socialista aqui está de parabéns, precisamente porque também de uma forma eficaz, célere, exemplar até, foi capaz de desenvolver um processo que levou a que o País tivesse uma lição e principalmente, a democracia e os partidos que dela fazem parte, tivessem uma lição de como é que se resolvem problemas internos e como é que democraticamente todos são chamados a manifestarem a sua opinião e um exemplo claro como a democracia deve funcionar. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

10

Finalmente, um elogio e parabenizar também os dois candidatos que se confrontaram, a forma elevada, séria, mas sobretudo a sua disponibilidade para poderem contribuir para aquilo que o nosso país tanto necessita, que é gente com ideias e gente com capacidade e com grande experiência política para podermos ter uma verdadeira alternativa de governo. Como membro da Assembleia Municipal das listas do Partido Socialista, como militante activo também do Partido Socialista, não podia deixar passar esta oportunidade de referenciar este acto. Para nós, no que concerne o Concelho de Alijó, um acto extremamente importante, porque foi muito agradável ver aquele acto de cidadania, de muitas pessoas do Concelho de Alijó, que até desconheciam a própria sede do Partido Socialista e ficaram contentes, felizes por de facto visitarem aquele espaço e procederem à votação que entenderam fazer, ou na pessoa que entenderam votar, mas referenciar e reforçar até de facto, este acto nobre e que com certeza vai marcar o futuro dos outros partidos que assistiram a este ato. É só enobrecer de facto este acontecimento do passado domingo. Muito obrigado.-----

----- **DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD)** -----

Começaria também eu por me solidarizar com o Senhor Presidente da Junta de Vila Verde. De facto foi um acto que revoltou toda a gente e que se calhar até mereceria da parte desta Assembleia, uma tomada de posição. Temos que apoiar quem trabalha pela causa do Povo e principalmente nestas circunstâncias, que são sempre de lamentar, esperando que a justiça tenha feito alguma coisa para que isto não se repita.-----

Prosseguindo a intenção de em todas as sessões apresentar uma proposta ou sugestão ao Excelentíssimo Executivo, proposta ou sugestão que espero não caia em saco roto, hoje viria, na sequência daquilo que já disse o senhor Deputado Luís Lameiras, propor que o Executivo promovesse um debate alargado sobre o futuro de Alijó, o futuro do Concelho de Alijó, ou Alijó, que futuro. Acho que devia ser uma sessão naturalmente aberta a todos os eleitos locais, mas não só, também a todas as forças vivas e associações. Promovermos um encontro aqui, sem qualquer hipóteses de senhas de presença, aqui não há senhas de presença, só deve vir quem quiser mesmo defender os interesses do Concelho e todos juntos analisarmos as perspectivas do futuro do Concelho, porque a mim faz-me muita espécie ver as pessoas muitas vezes mais preocupadas com posições políticas, do que propriamente com o futuro do

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

77

Concelho. E é pena, porque nós, depois de passadas as fases políticas das eleições, devíamos todos mesmo preocuparmo-nos a sério e por isso é que eu aqui estou, como com certeza todos nós, para tentarmos traçar linhas para o futuro deste concelho e dos nossos filhos. Por isso mesmo, eu sugeria isto e espero que seja tomado em boa conta. Sugeriria também que fossem aproveitadas talvez as comemorações dos Forais de Alijó e Favaios para esse efeito e eu aliás, na última sessão já falei que na minha opinião a época do feriado municipal fosse uma boa altura, que é para não deixarmos morrer no tempo estas ideias. Agora que todos juntos temos que tentar defender os interesses deste Concelho é fundamental. E ao fazer esta comunicação e até digamos, este convite, eu atrevia-me mais a dar como pistas para análise, quer a dualidade Norte/Sul do Concelho, na sua diversidade e ainda a agricultura e o turismo. Acho que são quatro componentes que devíamos todos analisar e da conversa e do debate entre todos, naturalmente havendo um relator, poderíamos tirar conclusões interessantes para este Concelho. Muito obrigado.

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD)** -----

A primeira pergunta que eu queria fazer à Mesa era como estavam as comemorações do Foral de Alijó? Gostava de saber. -----

Na acta de 28 de Agosto de 2014 da Câmara Municipal de Alijó, li algumas considerações feitas pelo Vereador Miguel Rodrigues e algumas deixaram-me intrigado e algumas concordo, que ele era o Presidente da oposição naqueles actos, naquelas actas e naquela época que ele menciona, mas a mim intrigou-me porque ele teve o comportamento, de repente, subserviência à Câmara e deixou de votar contra os orçamentos despesistas, como eles chamam, que as pessoas não deram conta. Se pudesse, gostava de uma explicação. -----

Começou o ano lectivo e uma das propostas do boletim de candidatura do Partido Social Democrata era de dinamizar a troca de manuais escolares. Gostava de saber como está isso? Se houve boa aderência dos pais? Como correu? Se foi uma boa ideia? Como é que está esse aspecto? -----

Agora vou fazer perguntas, que me chegaram a mim, do público em geral, que não tem poder ou não consegue estar aqui a fazer essas perguntas. O problema da caça, que eu nem sou caçador, nem percebo nada de caça. A dificuldade que os caçadores têm a tirar licenças, que só à sexta-feira, que só têm oito dias e depois têm que renovar para domingo quando precisam. Não sei se disse

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

72

alguma asneira. Afirmo que não percebo nada de caça. Não gosto de caça. Não sei de nada disso. Estou a transmitir só um pedido. -----

Outra é o rally que se realizou no sábado no Concelho de Alijó. As pessoas queixaram-se. Diz que não há dinheiro para nada e as máquinas andaram a abrir terrenos, estradas, estradões, para passar o rally. Outra coisa que eu constatei foi que as estradas nacionais estiveram impedidas e nós, numa altura de vindima, fomos bastante prejudicados. -----

Na zona industrial há uma grande falta de caixas de saneamento. E como há dificuldade em alguns postes de iluminação, infelizmente, junto de algumas adegas, já caíram pessoas nesses fossos. Gostava que tomassem também essa atenção, pois deixava para intervenção do senhor Vice-Presidente a segunda parte. Muito obrigado. -----

----- **DEPUTADA SÓNIA PINHEIRO (PS)** -----

Em primeiro lugar, a União de Freguesias de Carlão e Amieiro congratula-se pela Câmara Municipal de Alijó se associar às comemorações das Jornadas Europeias do Património no dia 27 de Setembro, dando uma expressão merecida e relevante para a Freguesia, para o Concelho e até para o mundo, na pessoa do arqueólogo Paulo Lima, que abordou de uma forma multidisciplinar e peculiar, a arte rupestre pré-histórica da Pala Pinta, sita em Carlão. O nosso bem-haja. -----

Em segundo lugar, é um ponto que me entristece bastante, e aos meus fregueses também, porque como é do conhecimento geral a extinta Junta de Freguesia de Carlão tinha um processo em tribunal por causa da dívida à empresa Fernandes e Filhos Lda., e em função da agregação de freguesias, a União de Freguesias de Carlão e Amieiro vê agora os bens do Amieiro a serem penhorados, a meu ver de forma injusta, porque o Amieiro de nada usufruiu com esta dívida. No entanto, já nos opusemos mediante embargos no tribunal, mas nada nos garante que esses embargos sejam procedentes e os bens do Amieiro possam vir a ser delapidados. Gostava de saber qual é a disponibilidade que este Executivo tem para ajudar neste assunto, ou até mesmo para liquidar toda a dívida. Obrigada.-----

----- **DEPUTADO MARCO RODRIGUES (PSD)** -----

A minha intervenção não vai fazer grande sentido, porque a minha colega e muito bem, digníssima Presidente de Junta de Freguesia do Pópulo e Ribalonga

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

73

referiu o assunto que eu ia referir, que era e ficar aqui bem expresso da minha parte, a minha solidariedade para com o Presidente de Junta e amigo, colega, o senhor Domingos e dizer que a Câmara Municipal de Alijó terá que ter uma posição clara sobre a questão da água, porque é uma questão que nós, Presidentes de Junta, estamos a levar com isso todos os dias e a situação do senhor Presidente de Junta de Vila Verde, podia ter sido mais grave, mas não foi e ainda bem para nós todos, mas serve de exemplo àquilo que pode acontecer no futuro, até para o próprio Executivo da Câmara que não estão livres de um dia destes de encontrarem alguém pelo caminho e que não lhes faça igual ou pior. Acho que é um assunto que merece muito cuidado da parte do Executivo se resolver isso de uma vez por todas. E eu dou o exemplo, ainda mais agora nesta altura de vindimas, dou o exemplo para quem quiser ir ver, a estrada municipal que liga Castedo a Alijó, que é onde passa a rede pública, no meu anterior mandato fizemos lá uma intervenção para aí de 200m de substituição de tubos da dita conduta que hoje está a rebentar pelas costuras, está toda rebentada. Por consequência rebenta a estrada toda. Não há semana nenhuma que não vão lá os funcionários da câmara compor roturas ao Castedo. E a situação que aconteceu com o senhor Domingos muito provavelmente irá acontecer com outras pessoas. Comigo não deve ser porque eu fujo, mas se calhar com quem se cruzarem. Tenho dito. -----

----- **DEPUTADO VÍTOR SEQUEIRA (PSD)** -----

Gostaria de informar o Executivo que a Freguesia de Favaios é visitada por cerca de três mil turista/ano. Estes turistas percorrem algumas ruas desta freguesia e como é sabido também, estes turistas são oriundos de diversas nacionalidades e a imagem que estamos a dar do nosso Concelho no que diz respeito ao lixo, no que diz respeito à limpeza, não é a melhor imagem e nem é essa imagem que se pretende dar do Concelho. Considero lamentável o desleixo que a empresa responsável pela recolha do lixo se tem pautado. Acho urgente encontrar uma solução para este problema. -----

Quero também agradecer ao Executivo e à pessoa do Senhor Vice-Presidente da Câmara, a ajuda que me deu no sentido de alterar o percurso do rally que se realizou no passado sábado, que pretendia passar no centro da vila de Favaios e como não é difícil adivinhar, os perigos que isso representa nesta altura de vindimas. Muito obrigado a todos. -----

----- **DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD)** -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

14

Gostaria, em primeiro lugar, de dar os parabéns ao Partido Socialista, pelo acto que decorreu no passado domingo, pela forma democrática como decorreu, pela coragem que teve em implementar este sistema na escolha do candidato a Primeiro-Ministro. As considerações sobre os candidatos são outras, mas relativamente a este acto, temos que lhes dar os parabéns, porque realmente é um exemplo de Democracia. -----

Depois, gostaria de em nome do Grupo Municipal do PSD, manifestar a nossa solidariedade para com o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde, por tudo aquilo que aconteceu e que já aqui foi referido. Uma situação verdadeiramente lamentável e que não deveria ter acontecido, mas que infelizmente aconteceu. -----

Depois, gostaria de pedir à Senhora Presidente, para saber se é possível, nós por lapso não apresentámos na última Assembleia Municipal, tendo ficado registado uma declaração de voto, em tempo útil que o Regimento permite, que são dois dias e gostaria de saber se é possível apresentar essa declaração de voto nesta Assembleia? E já agora, aproveitar o momento também, para apresentar uma moção, mas deixaria essa consideração para depois à Senhora Presidente relativamente a estes dois assuntos. -----

Numa outra perspectiva gostaria de deixar aqui duas ou três questões, uma nomeadamente que tem a ver com a questão do IGF. Gostaria de saber se já há alguma novidade? Se já houve algum resultado? Se há alguma informação relativamente ao trabalho que aqui foi desenvolvido pelo IGF? -----

Por outro lado fiquei a saber e vou-me congratular que, definitivamente, a questão da auditoria está em andamento. Só lamento que efectivamente, depois de ter sido aqui recomendada em 30 de Abril, tenha demorado tanto tempo para chegar a esta conclusão. Parece-me que foi tempo demasiado, dada a urgência que aqui foi manifestada, acho que andamos a passo de caracol. Mas já alcançamos algum resultado. Pelo menos está em andamento. -----

Depois, gostaria de deixar uma questão ao Senhor Vice-Presidente e envolver nessa questão também o Senhor Presidente de Junta do Castedo, num assunto que me parece premente e que já leva tempo de mais a ser resolvido, que se prende com a questão do cemitério da Freguesia que leva tempo a resolver e é uma questão que merecia mais atenção da parte da Câmara Municipal na resolução deste problema, que está completamente lotado. Já tem gerado

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



alguns problemas, mas imagino que possa gerar muito mais, dentro de muito pouco tempo. Portanto, acho que é uma situação que deveria ser resolvida com alguma urgência e que deveria ser colocada na agenda do dia. Muito obrigado.--

----- **DEPUTADO SAMUEL CUNHA (PSD)** -----

Em primeiro lugar gostaria de reforçar aquilo que já foi dito aqui de toda a situação que aconteceu na Freguesia de Vila Verde. Infelizmente não é nova. Se calhar só este ano é que veio para a comunicação social, mas a falta de água na freguesia não foi deste ano, não foi do ano passado, não foi de anos anteriores. Já se arrasta há vários e vários anos. Portanto, gostaria de perguntar ao Executivo, o que é que está a ser feito para que este problema seja resolvido, portanto, nos próximos dias, semanas, meses, de forma que, no próximo Verão, sobretudo quando os nossos emigrantes regressam não tenham os mesmos problemas que tiveram este ano. -----

Gostaria também de perguntar ao Executivo, qual o ponto de situação do Auditório, se já há alguma resposta da UTAD, se há novidades quanto às obras a fazer ou não, custos, para que possamos também ter uma noção de qual a previsão para que o Auditório esteja a 100%. E é tudo, obrigado. -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS)** -----

Bem eu queria referir aqui uma situação que foi uma vistoria que foi feita pelos técnicos da Câmara Municipal, acompanhada pelo Senhor Vice-Presidente à empresa Gran Cruz, situada ali na Zona Industrial, da qual foi feita um grande alarido na comunicação social. Inclusive, chegou-se a dizer na comunicação social, que na própria hora, logo após a análise, que a empresa estaria nas melhores condições, que era um exemplo a seguir, que estava tudo dentro da normalidade. Acontece que, na semana passada, eu próprio, e algumas pessoas também vieram ter comigo e me contaram sobre esse assunto, passei ali na nossa variante e acontece que num dos dias não se via a estação de tratamento, tal era a dimensão da espuma que tinha. Nos dias seguintes continuava, inclusive, estava sempre a verter águas e resíduos para o solo. Portanto, a minha questão é, então foi feita uma vistoria, estava tudo em condições, estava tudo dentro da normalidade e logo no primeiro ano em que a empresa começou a funcionar, a laborar, um mês ou um mês e pouco depois, dá-se logo um caso destes, uma tragédia ambiental.-----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

16

Queria também perguntar à Senhora Presidente em que estado é que está o requerimento que eu apresentei na última sessão da Assembleia Municipal, sobre o pedido de um plano de pormenor da zona ribeirinha do Pinhão, que eu pedi através do grupo do Partido Socialista. -----

Depois, uma nota também para um facto muito negativo para a nossa região, para Trás-os-Montes, que foi o encerramento do semanário "A Voz de Trás-os-Montes". Um jornal que no fundo divulgava um pouco pela nossa região e até pelo país, um pouco de tudo aquilo que se passava na nossa região, tendo em atenção que os jornais de âmbito nacional só dão enfoque às notícias que lhes interessa e nomeadamente as notícias mais negativas para o Concelho de Alijó, que no fundo, é o que lhe interessa é vender jornais e dizer notícias que às vezes não são bem verdade. -----

Uma nota também para o Foral dos 500 anos do Concelho de Alijó. Na última Assembleia Municipal foi aqui proposta a criação de uma comissão de acompanhamento das comemorações. Queria saber também qual o ponto da situação. Até à data ainda não funcionou nada. Não sei se há uma previsão, se não há, se estará muito em cima da hora para as comemorações ou não, mas logo veremos. -----

Uma outra situação que eu tenho acompanhado também nas actas de reunião de Câmara, que tem a ver com o facto de os Senhores Vereadores da oposição, nomeadamente o Senhor Vereador António Fernandes e o Senhor Vereador Miguel Rodrigues solicitarem a presença do jurista da Câmara Municipal nas devidas reuniões, por várias vezes e até hoje ainda não se deslocou lá. Não sei o que é que se passa, se é por falta de disponibilidade. Acontece é que já foram marcadas várias reuniões e o assunto continua a arrastar-se. -----

Uma nota também para um outro facto também negativo para o nosso Concelho que foi a não apresentação por parte do Atlético Clube Alijoense de equipas ao Campeonato Distrital da Associação de Futebol de Vila Real. Portanto, o Alijoense não vai participar. Está encerrado. É um acto negativo para o nosso Concelho, pois havia muitos jovens a praticar desporto e neste momento ficaram órfãos desta actividade. O que me leva a pensar uma outra situação: o que é que a Câmara Municipal de Alijó fez para evitar esta situação, porque sabemos que o Estádio Municipal vai acabar por ficar "às moscas", vai deixar de ter utilidade, vai deixar de ser utilizado para os fins para o qual foi construído. Portanto, aquela infra-estrutura vai ficar longe dos nossos jovens e

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

17

das nossas crianças para praticarem desporto. Sei também que, relativamente a isso foi apresentada uma proposta pelo treinador Nuno Almeida à Câmara Municipal para a criação de uma escolinha de futebol. Eu gostaria também de saber qual foi a resposta dada pela Câmara Municipal? Qual é o ponto da situação? Em que ponto é que se encontra, porque é um facto que não podemos ficar alheios a esta situação. -----

-Quero também dizer e neste facto do futebol, que o Clube Desportivo Sanfinense vai manter-se em actividade por mais um ano, com as limitações que tem, quer em termos de orçamento, quer em termos de infra-estruturas e miúdos também, porque de facto são muito poucos, mas faz-se aquilo que se pode. A direcção fez mais uma vez todos os esforços para que vá mais uma equipa avante, mas de qualquer das maneiras o Atlético Clube Alijoense faz falta no nosso Concelho. Nomeadamente, no futebol, em Sanfins, também houve aquilo que eu considero uma opa hostil, que foi uma tentativa de um grupo ligado a um partido político para derrubar a actual direcção do Clube Desportivo Sanfinense, mas acontece que quando se aperceberam que a actual direcção inclusive punha dinheiro do próprio bolso, recuaram. A mesma direcção convocou eleições mas não houve nenhuma lista alternativa que se apresentasse a sufrágio, pelo que a actual direcção continua em funções e vai levar então uma equipa ao nosso campeonato distrital. -----

Queria também fazer aqui uma sugestão relativamente às futuras sessões da Assembleia Municipal de Setembro, que deveriam ser no início do mês, atendendo ao facto que no final do mês é a época mais alta das vindimas na nossa região e que causam alguns constrangimentos a todos os Senhores Deputados. Pelo que se fosse no início de Setembro seria mais normal. Todas as pessoas teriam mais disponibilidade e etc.. Relativamente a isso queria também perguntar porque não se acatou uma sugestão do Senhor João Paulo Vilela, que foi realizar as reuniões descentralizadas, a sugestão dele foi que até se passasse em Carlão, tinha-se falado disso na conferência de líderes, inclusive houve propostas para apresentação de alguns locais, mas não foi acolhido e não se realizou lá. Também havia uma proposta desde o início, que foi votada aqui em Assembleia Municipal, para que as Assembleias se realizassem ao sábado, mas continuam a realizar-se durante a semana, a causar todos os constrangimentos que são habituais para as pessoas que trabalham e nomeadamente nesta época de vindimas. Para já era só. Muito obrigado. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

78

----- **DEPUTADO VÍTOR SEQUEIRA (PSD)** -----

Eu há pouco referi que eram cerca de três mil turista/ano que visitavam Favaios, por lapso, porque são quarenta e três mil e queria que ficasse registado. Muito obrigado. -----

----- A **PRESIDENTE DA MESA** antes de passar a palavra ao senhor Vice-Presidente e de responder a algumas questões colocadas pelos senhores Deputados deu a palavra ao Senhor Vereador Miguel Rodrigues. -----

----- **VEREADOR MIGUEL RODRIGUES (MAIS)** -----

Eu fui directamente questionado por um Senhor Deputado, o Senhor Deputado António Lousa. Eu apenas solicitava à Mesa que esclarecesse o Senhor Deputado que nos termos do Regimento que foi aprovado com os votos a favor do próprio Senhor Deputado em causa, eu estou impedido de responder neste período de antes da ordem do dia. No entanto, uma vez que coloca questões relacionadas com posições assumidas face ao orçamento municipal, eu pedia ao senhor Deputado para repetir a questão aquando do ponto relativo para o orçamento de 2015, eu terei todo o gosto em responder, nesse ponto da ordem de trabalhos e, portanto, sendo-me já permitido dar essa resposta -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

Começaria então por tentar responder às questões levantadas pelo Senhor Deputado Luís Lameiras, no que toca obviamente a questões da competência do Executivo Municipal e relativamente à questão levantada sobre o posto de turismo do Pinhão. É verdade que existe uma pequena infra-estrutura criada para esse efeito, cuja competência da gestão é da Junta de Freguesia. Essa questão terá que ser colocada obviamente ao Senhor Presidente da Junta. Relativamente ao Município eu tenho-lhe a dizer o seguinte Senhor Deputado: está em elaboração neste momento, um estudo prévio, que muito brevemente levaremos e daremos conta à Câmara, para uma intervenção a fundo em toda a baixa do Pinhão. Vamos preparar com tempo todo o projecto, para que, assim que os fundos comunitários estejam disponíveis possamos candidatar essa intervenção, onde obviamente a questão do posto de turismo não será esquecida. -----

Relativamente ao Auditório Municipal eu tenho a informar o seguinte: já informei em reunião de Câmara passada, chegou finalmente o resultado da perícia solicitada à Universidade de Trás-os-Montes e na sequência dessa

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



peritagem vamos actuar muito rapidamente. Temos verba em orçamento, portanto é para reparar o Auditório até ao final do ano. -----

Relativamente à questão da licença, pois deixaria esta questão, se me permitir, para a Senhora Vereadora do Pelouro. Está bem? -----

Relativamente à questão da água em Vila Verde, obviamente que o senhor Presidente da Junta, Senhor Domingos tem toda a minha solidariedade e o acto bárbaro, permitam-me que assim o classifique, que contra ele foi cometido, obviamente que não tem justificação possível, nada o pode justificar. Mas fica de facto o reconhecimento pela coragem que teve em enfrentar o problema, em se deslocar para vir à população, acho que fez muito bem. Condenável é de facto a reacção que houve por parte de alguns populares. Solidarizo-me portanto com as opiniões que aqui já foram expressadas hoje. -----

Senhora Deputada Filomena Nogueira, efectivamente, o Alto do Pópulo, não é toda a Freguesia do Pópulo, nem a população do Pópulo, mas a zona do Alto do Pópulo é servida por uma rede envelhecida. Não tem água da rede tratada. É de facto de uma nascente. Já diligenciámos junto das Águas de Trás-os-Montes para que dotem aquele local de um ponto de entrega para que possamos ligar. Sem isso, não será fácil, como deve compreender. Como sabe, recentemente, foi reposta a bomba do furo que abastece o Alto do Pópulo, que tinha avariado. Portanto, sem que as Águas de Trás-os-Montes nos coloquem à disposição o terminal para que possamos ligar, não é fácil, eu compreendo. -----

Senhor Alceu Costa, o senhor abordou aqui a questão do debate sobre o futuro de Alijó. Eu deixava esta questão, se calhar para a discutirmos mais à frente, porque poderemos provavelmente, se assim todos quiserem, enquadrar estas questões nas comemorações dos 500 anos do Foral de Alijó e de Favaios. -----

Senhor Deputado Lousa e aqui sim coloca a questão como é que estão as coisa relativamente à preparação da comemoração dos 500 anos do Foral de Alijó. Eu quero informar esta Assembleia que muito recentemente foi designada, constituída uma equipa para trabalhar nesta questão. Se a memória não me falha, estará já em vista, uma reunião prevista para a próxima sexta-feira, em que deverão estar também presentes os elementos das respectivas bancadas e aqui aproveito para dizer que só chegou à Câmara a indicação de um representante do PSD. O Grupo MAIS e os senhores da bancada do PS não fizeram chegar o nome do representante para participar nesta organização, não



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Daslumbrante Património Natural

20

tenho conhecimento que tenha chegado. Portanto, gostaríamos que nos fizessem chegar porque a equipa que vai trabalhar nesta organização terá necessidade de vos contactar, de reunir convosco. Se a memória não me falha é a Eng.^ª Fátima que vai coordenar essa equipa. Será já na próxima sexta-feira à tarde. E aí as coisas seguirão o caminho normal, aquilo que a comissão e obviamente os senhores Deputados entenderem. -----

Relativamente ao ano lectivo e à troca de manuais escolares eu deixava a questão também para a Senhora Vereadora, se a senhora Presidente da Mesa o permitir, claro. -----

E relativamente à questão da caça, senhor Deputado acredite que não percebi muito bem. Mas não estou a perceber qual é a dificuldade em tirar licenças para caça, porque o nosso plano foi concebido, foi aprovado pelo ICNF, é porque respeita todos os prazos legais estabelecidos. Portanto, há um prazo para candidatura, depois faz-se um sorteio e há também um período para emissão de credenciais, das licenças de caça. Não percebo qual é a dificuldade. Nós estamos a respeitar isto na íntegra. Aliás, os prazos são substancialmente alargados relativamente àquilo que a lei prevê. Portanto, eu não estou a perceber sinceramente. Mas se quiser concretizar melhor, se tiver mais informação. -----

Relativamente à prova Baja TT que decorreu no passado sábado é assim, não há eventos, não se pode querer sol na eira e chuva no nabal. É verdade que causou algum incómodo. Um evento desta natureza, que dura cerca de quatro ou cinco horas no terreno, causa sempre algum incómodo. E é verdade que nos preocupou muito o corte de algumas estradas em determinados locais, designadamente em Favaios, junto à adega. Conseguimos evitar isso. Obrigou-se a organização a desviar o circuito, mas ainda aconteceram alguns cortes, designadamente aqui na zona industrial, que acredito que tenha acarretado alguma dificuldade no transporte das uvas para a adega da Gran Cruz que ali se localiza. Relativamente aos caminhos, pois é evidente que algum estrago aconteça, alguma deterioração acontece, mas estaremos atentos e vamos com certeza repará-las. Relativamente à intervenção das máquinas da Câmara nos caminhos, pois a máquina o que fez foi limpar e os caminhos continuam à disposição de quem os queira usar. É verdade que o motivo, provavelmente, terá sido o rally ou a prova, mas estão à disposição de quem os use. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



Senhora Deputada Sónia, a penhora dos bens da Junta de Freguesia, na sequência de dívida herdada, pelo que percebi, da anterior Junta do Amieiro, é preocupante. Quer dizer, os bens da antiga Junta do Amieiro é que serão penhorados na sequência de dívida da antiga Junta de Carlão. Pois, é uma situação preocupante. A situação não é exclusiva da actual Junta de Carlão e Amieiro, mas solicitava-lhe que viesse falar connosco, vamos saber pormenores, vamos saber que valores é que estão em causa também, e como é óbvio vamos tentar delinear uma estratégia. -----

Senhor Deputado Marco e a conduta da água para o Castedo. Eu estou por dentro deste assunto. Sei que esta conduta merece uma intervenção e precisa de uma intervenção. As roturas não são diárias mas quase. As uniões já quase que se tocam e eu quero-lhe dizer que a muito curto prazo vamos substituir esse troço. São cerca de 600m de conduta, já temos orçamento para isso, temos cabimento, vamos avançar para isso muito rapidamente com os meios da Câmara Municipal. -----

Senhor Deputado Vítor Sequeira, relativamente à recolha dos resíduos sólidos urbanos é verdade que esta firma, a EGEO, não se tem portado nos últimos tempos da melhor forma. Ela sabe que não vai ser a empresa que vai recolher no futuro. Portanto, o concurso terminou. Vai ser a empresa Eco-ambiente. Vai iniciar já no dia 1 de Outubro, no dia 1 de Novembro, perdão, portanto esta firma EGEO só tem mais um mês e em fim de contrato, o senhor Deputado sabe como é que é, não obstante a pressão constante da Câmara e dos serviços da Câmara, a empresa, definitivamente, não cumpre. Já lhe fizemos saber por escrito e quero dizer a esta Assembleia que a Câmara tem em seu poder sempre três facturas que ainda não estão pagas a esta firma e portanto no final fará o acerto que achar conveniente. -----

Senhor Deputado João Vilela, relativamente à questão levantada – IGF- se há resultados? Não há resultados conhecidos, pelo menos do Executivo, senhor Deputado não posso dizer rigorosamente nada. Não há novidade absolutamente nenhuma relativamente a este caso. -----

Relativamente à auditoria é verdade que havia urgência e há urgência. Ela foi aprovada para que fosse realizada no espaço de cento e vinte dias. Quero-lhe dizer que está adjudicada e ficou por valor aquém do limite estabelecido, por vinte e sete mil euros, mais coisa, menos coisa. O limite era trinta mil, como sabe e vai iniciar-se na próxima segunda-feira. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

22

Relativamente ao cemitério do Castedo é uma questão muito sensível como é óbvio, é uma questão que nos toca a todos. Eu devo confessar-lhe que tive conhecimento disto há cerca de duas/três semanas, quando tive conhecimento que o Senhor Deputado Marco, aquando da visita da equipa técnica que o visitou para elaboração do protocolo com essa Junta, ele deu conhecimento dessa situação em que se encontrava o cemitério. É uma situação muito preocupante. Estamos disponíveis e eu desafiava aqui o Senhor Marco, que viesse falar connosco, para que possamos interceder naquilo que for possível e vamos ver até onde nos é possível ir. -----

Senhor Deputado Samuel, água em Vila Verde. Como sabe a rede de Vila Verde tem mais de trinta anos, uma rede muito envelhecida. Também não distribui água da rede tratada. É água de nascente. A nascente são várias nascentes. A principal encontra-se na serra de Escarão, portanto no vale de Escarão e a conduta que abastece o depósito de Perafita, que depois deriva para Vila Verde, continha imensas roturas. Foi necessário deslocar para lá meios para que pudéssemos pôr a nu, a descoberto toda a conduta, fazer essas reparações e neste momento a situação está normalizada. Não está resolvida, mas está normalizada. Como sabe, aquela zona, aquela Freguesia, tudo indica que venha a ser abastecida, em termos de água pública, da barragem do concelho vizinho. Não temos meios camarários, como deve compreender, para resolver a situação de outra forma. Relativamente ao Auditório também penso que já respondi. -----

Senhor Deputado Cláudio Vilela, relativamente à vistoria à Adega da Gran Cruz é verdade que participei e fi-lo com todo o gosto e fá-lo-ei sempre que me for possível noutras circunstâncias, noutras unidades. Acho que o investimento é enorme. É de enorme importância também para o nosso concelho e merecia que eu, tendo disponibilidade, participasse na vistoria. Quero-lhe dizer que esta vistoria não foi com o objectivo de fazer o licenciamento industrial da obra. O licenciamento industrial da obra, neste caso da unidade, não é competência do Município. É da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes. Compete à Câmara licenciar a caixa, a estrutura, nada mais. Portanto, o funcionamento e o incidente ambiental que referiu, obviamente que decorre de um licenciamento que não é coordenado pela Câmara Municipal. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

23

Eu penso que da minha parte é só. Há aqui uma questão relativamente ao senhor advogado José Maria, mas que deixava também, se a senhora Presidente o permitir, para a Vereadora do Pelouro, muito obrigado. -----

----- A **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a intervenção do Senhor Vice-Presidente e deu a palavra à Senhora Vereadora Cristina Felgueiras para responder às questões colocadas e que dizem respeito aos seus pelouros. -----

----- **VEREADORA CRISTINA FELGUEIRAS:** -----

Respondendo então às questões que foram colocadas vou tentar não esquecer nenhuma. O Senhor Deputado Luís Lameiras, um homem da cultura, relativamente à licença de espectáculos. Ela efectivamente caducou em Maio de 2013. Nós procurámos junto da Direcção da Cultura o que era necessário para renovar e indicaram-nos uma série de obrigações, que já tinham proposto ao Executivo anterior, em 2010, para que o Executivo tivesse esta licença provisória. Tínhamos uma série de obrigações para cumprir, contratámos o serviço, pagámos o serviço e o serviço não foi feito. Ainda estou a averiguar exactamente porquê, porque acho que isso também se prende com uma parte da factura que foi penhorada. Estamos a avaliar essa situação para depois podermos reclamar de quem recebeu dinheiro e não prestou o serviço, pelo menos que o faça. -----

Aquela licença de espectáculos que foi exibida é exactamente da sala de espectáculos, que neste momento não está a ser utilizada. As exposições, como deve saber, a Bienal estão a decorrer no Museu de Favaios, nas Piscinas, na Biblioteca e numa sala do Auditório. E portanto, essas salas, nenhuma delas precisa da referida licença. Estamos a trabalhar na licença, para que quando a gente tenha a sala de espectáculos pronta, possa de facto ter também a licença, para que nada falhe, nem poderia, mas como eu lhe disse, temos aí um imbróglio para resolver com a empresa de segurança e vamos ver como é que conseguimos resolver. -----

Relativamente ao Deputado António Lousa e aos 500 anos do Foral e também penso que o Deputado Cláudio. A Câmara já tem o esqueleto mais ou menos daquilo que pretende fazer, mas estamos à espera, sendo que esta Assembleia é de facto o nosso último prazo, das vossas, eu só tenho conhecimento que até o dia de hoje apenas o grupo parlamentar do PSD entregou o representante das

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

24

bancadas, não sei se a Senhora Presidente tem conhecimento se mais algum grupo apresentou mais algum representante das bancadas?" -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Respondeu que não, tendo acrescentado que o Senhor Deputado Cláudio Vilela dissera em conferência de representantes que tinha sido indicado na última Assembleia, mas que ao proceder à audição da última sessão verificou não ter estar registada essa indicação.-----

----- **VEREADORA CRISTINA FELGUEIRAS:** À Câmara Municipal, pelo menos por requerimento, tinha chegado só o nome do representante do grupo parlamentar do PSD. O MAIS não sei se já reuniu e se já decidiu também quem é, pelo menos nós não temos essa informação, mas nós de facto precisamos de começar agora a trabalhar e queríamos informar a Assembleia que temos uma reunião já agendada para sexta-feira, às duas e meia, e gostaríamos que as pessoas estivessem. Para nós é indiferente o representante, não tem que haver um requerimento escrito, mas na verdade é que precisamos de ter o conhecimento de quem são os representantes para começarmos a trabalhar.----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Senhora Vereadora, se me permite, depois as bancadas em falta sugeriam o nome e ficaria já consignado hoje. -----

----- **VEREADORA CRISTINA FELGUEIRAS:** Relativamente ao Atlético Clube Alijoense. Efectivamente os rumores correm na rua que o clube vai encerrar portas. De resto esta é uma ameaça anual constante. A verdade é que nós tivemos efectivamente o Nuno Almeida que veio trazer um projecto novo, de uma associação nova a criar, que não o Atlético, para as escolas de formação. Nós deparamo-nos foi com um problema. A direcção actual do Atlético não pediu para reunir, não reuniu connosco e ainda nem sequer entregou a chave do estádio. Portanto, para todos os efeitos, para nós, a direcção está em funções. Nós não sabemos. Há uma dívida. Lemos que são dez mil, doze mil, mas nós não sabemos exactamente se há dívida ou não, qual o montante da dívida e como podemos resolver ou ajudar a resolver o problema. -----

Portanto, estarmo-nos a sobrepôr também duas respostas, não é, porque no fundo, ao ajudarmos uma associação nova com o montante que nos foi solicitado, que foi cerca de dez mil euros, sem haver um encerramento formal, pelo menos, da actividade do Atlético, nós não conseguimos estar a responder, sob pena de ir prejudicar o Atlético depois. Portanto estamos nesta fase relativamente ao Atlético. Estamos à espera, ainda nem sequer a chave foi

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

26

entregue e portanto para nós a direcção ainda continua activa até nos dizerem o contrário.-----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Ainda havia a questão dos manuais escolares, senhora Vereadora. -----

----- **VEREADORA CRISTINA FELGUEIRAS:** Efectivamente este ano ainda não conseguimos implementar a atribuição dos manuais escolares, por uma razão muito simples. Os pais do primeiro ciclo, tendo direito a tudo, não se inscrevem na nossa acção social. Nós, por exemplo, podemos dizer que com os transportes candidatámos rotas que já tivemos que cancelar, porque as pessoas depois não vêm pedir. No entanto candidatámos outras e já tivemos de fazer inscrição sobre inscrição porque só no dia quinze de Setembro é que os pais fazem ali fila para inscrever os meninos quer nas refeições, quer nos transportes. Temos de facto de alterar esta forma de inscrição na acção social escolar, mas relativamente aos livros em Setembro é impossível depois fornecer. Temos que começar, se calhar a exigir em Maio os formulários, em vez de ser em Junho, porque depois em Junho já ninguém liga às necessidades porque depois eles vêm em Setembro e de facto a Câmara tem que colmatar, não é? Mas tem-nos criado dificuldade porque ao nível, por exemplo, do concurso das refeições nós temos um número previsto, mas depois o número vai aumentando e nós não podemos contratar nem mais uma, nós não podemos pagar nem mais uma do que aquilo que foi candidatado. E com os transportes é a mesma coisa. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Agradeceu a intervenção da Senhora Vereadora e relativamente às questões que colocaram à Mesa e a si própria disse: -----

Começando ali pelo Senhor Deputado Luís Lameiras, eu queria agradecer-lhe os temas propostos para uma Assembleia temática, designadamente a ética na política e a desertificação, que também considero serem bons temas. Para quando essa Assembleia temática, não me queria estar a comprometer mas será com certeza alguma coisa que a Mesa irá fazer em conjunto, pelo menos, com os representantes de cada Grupo Municipal. -----

Relativamente à comemoração do Foral, também me puseram a questão, mas eu acho que já estão esclarecidos porque eu pouco sei sobre isso, para além de

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

26

que foi indicado por um dos elementos de uma das bancadas. Isto é da parte do Executivo Camarário, portanto vamos aguardar então para saber o que vem aí.

Relativamente ao Senhor Deputado Cláudio Vilela eu tomei conhecimento, embora não tivesse presidido à última Assembleia, do requerimento respeitante ao Plano de Pormenor da Zona Ribeirinha. Tive ocasião de falar com o senhor Vice-Presidente na altura, que me disse que iria ser afixado aqui nos Paços do Município. Não sei se já está afixado, estão-me a fazer sinal que estará. Eu própria não vi. Eu também creio que não teria legitimidade para pedir ao IPTM esse Plano de Pormenor da Zona Ribeirinha, no entanto fiz diligências junto do Senhor Vice-Presidente para que isso acontecesse. Estão-me agora a dizer que já está afixado, tal qual como o Senhor Vice-Presidente me disse na altura que ia ser afixado. Portanto, dou conhecimento disso. -----

Relativamente à sugestão da Assembleia Municipal no início de Setembro, no próximo ano, registo e agradeço a sugestão do senhor Deputado Cláudio Vilela. Vamos efectivamente fazer a Assembleia Municipal descentralizada. Essa é uma vontade nossa. Relativamente a ser marcada para o sábado, senhor Deputado foi precisamente por ter em conta que estávamos num mês de vindima que eu não marquei para um sábado, porque há gente que também faz vindima ao fim-de-semana, porque tem outra ocupação e eu pensei que se calhar, quem estivesse nessa situação, iria aproveitar o sábado para fazer a vindima. Daí a razão de não a ter marcado para um sábado, mas será marcada a próxima Assembleia a um sábado. A próxima Assembleia será em Novembro. Não sei se haverá alguma em Dezembro, mas em Novembro é com certeza. -----

Quanto à interpelação ao Senhor Vereador Luís Miguel Rodrigues feita pelo Senhor Deputado António Lousa, portanto o Senhor Vereador acabou por explicar e é isso que está consagrado no regimento, não é o momento oportuno para o senhor Vereador se pronunciar, no entanto, e se mantiver essa vontade, esse desejo, poderá fazê-lo no período da ordem do dia. -----

Relativamente ao que ocorreu com o Senhor Presidente da Junta de Vila Verde e em face das posições aqui assumidas, que no fundo expressam, creio, o sentido de toda esta Assembleia, eu propunha que se consignasse, em acta, um voto de repúdio, pelas ofensas que o Senhor Presidente de Junta foi vítima em Vila Verde.-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

27

Colocou a votação o voto de repúdio tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

Informou ainda o Senhor Deputado João Vilela que ainda não tinham em seu poder a declaração de voto e a moção que pretendia apresentar. Só depois é que a Mesa se pronunciaria sobre a Moção. Quanto à declaração de voto, como foi referido pelo Senhor Deputado, há um prazo para a realizar e a mesma não foi feita nesse prazo, pelo que a Mesa pediu que deixasse a declaração para que se pronunciasse depois do intervalo. Abriu uma segunda ronda ainda neste período, dando a palavra ao senhor deputado Laureano Guedes.-----

----- **DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS):**-----

Senhora Presidente da Assembleia é um assunto breve, apenas porque vai haver, julgo eu, um momento de intervalo, eu gostaria que o grupo MAIS se reunisse para anunciar o representante para o evento dos 500 anos do Foral. Vamos reunir porque ainda não houve uma reunião nesse sentido. Entretanto, das palavras da Senhora Presidente merecem ou não merecem agora direi alguma observação. Era sobretudo na natureza do seguimento do nosso Deputado Cláudio Vilela, sobre a questão da Gran Cruz. Na verdade é um problema. O problema do ambiente é um problema grave. E julgo que enquanto uma Autarquia não tiver responsabilidade de assumir essa fiscalização corremos riscos de, além de sermos invadidos por empresas que digo que pouco nos deixam nessa exploração de território, por vezes invadem-nos com a conspiração do meio ambiente. É altura para o próprio Executivo pensar num gabinete de Ambiente. Só quero dizer isso. Entretanto, desculpe agora ser extemporâneo, mas nós temos aqui a aprovação de uma moção. Eu recebi, à posteriori, esta moção que vem da Assembleia de Bragança, enviada por Ana Bárbara e assinada pela nossa Presidente.-----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** -----

Senhor Deputado, se não se importa, na altura colocaria as questões sobre esse ponto, está bem? -----

----- **DEPUTADO DOMINGOS HENRIQUES (PS):** -----

Muito obrigada senhora Presidente pela atenção que me dispensou em eu poder intervir, dado que não estava inscrito na primeira ronda. Queria cumprimentá-la a si e aos seus Secretários, o senhor Vice-Presidente, a Senhora Vereadora, os Senhores Vereadores, Digníssimo Colega, Senhores Deputados,

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

28

Senhoras Deputadas. É evidente que eu não poderia deixar de referenciar aqui, chamar a atenção de que estou muito emocionado com a prestação de solidariedade que foi prestada aqui nesta Assembleia, especialmente aos senhores Deputados do PSD, aos senhores Deputados aqui da bancada do PS, mas sobretudo, a uma colega Presidente de Junta do Pópulo, que no mesmo dia me telefonou bastante emocionada e eu não podia deixar de lhe agradecer aqui publicamente. Também queria agradecer com muito afínco e muita cordialidade, a sensibilização com que me prestaram, o Senhor Vereador Miguel Rodrigues e o Senhor Vereador António Fernandes, que também preocupadíssimos me ligaram, onde dispuseram todos os seus serviços, enfim para que no caso de eu necessitar estariam dispostos, ou estarão dispostos a poder colaborar. Portanto, perante esta situação eu quero agradecer a todos e também alertar que de facto mais uma vez temos de ter cuidado com estes problemas, porque em Agosto foi em Vila Verde, qualquer dia é em Carlão, ou no Castedo, ou em São Mamede, ou em Pegarinhos, por isso, em todas as Freguesias. E portanto, há que termos muito, muito cuidado, para que estas cenas não se repitam, porque isto não dignifica os autarcas e não dignifica o Concelho de Alijó. Muito obrigado pela vossa atenção. Muito obrigado senhora Presidente. -----

----- **DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA (PS):** -----

O meu colega não tem que agradecer. É natural nós prestarmos-lhe homenagem numa situação destas. Agora queria só, relativamente à falta de água no Alto do Pópulo, perguntar se há alguma previsão para que as Águas de Trás-os-Montes façam a intervenção a que se referiu o Senhor Vice-Presidente. É que eu já ando a ouvir isto há muitos anos. São as Águas de Trás-os-Montes, são as Águas de Portugal. Mas o que é certo, é que se limitam a empurrar uns para os outros e não se faz nada. O assunto prevalece. As pessoas queixam-se diariamente. Vai este Executivo fazer alguma pressão perante esta entidade para que aquela situação seja definitivamente resolvida, ou limita-se a dizer que é com eles? Fica a pergunta, muito obrigado. -

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** -----

Eu só queria dizer aqui duas coisas muito breves. Uma tem a ver com aquilo que me respondeu o Senhor Vice-Presidente e que diz que está em elaboração um plano profundo para a questão do Pinhão. Devo dizer-lhe que já tem um ano de governação e começam a ganhar algum traquejo no torneamento destas

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

29

questões políticas, porque, de facto, em relação ao posto de turismo, foi dito aqui pelo Senhor Presidente, de que este ano ia abrir com a dignidade que merece. E não abriu. Bom, vamos ficar à espera e pode ser que daqui por algum tempo ele venha de facto a abrir. -----

Quanto à solidariedade que aqui manifestou Senhor Vice-Presidente, para com o Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde, fico contente em saber isso e fico também contente por ver aqui várias manifestações de solidariedade, mas eu penso que no que concerne a esta questão, a solidariedade não é suficiente. É importante, mas não é suficiente. E portanto, eu penso que um pedido de desculpas por parte do Executivo permanente do PSD não lhes ficava nada mal, antes pelo contrário, ficava muito bem. -----

Relativamente àquilo que a Senhora Vereadora disse: a Senhora Vereadora percebi, não está aqui, mas pronto, percebi inteiramente aquilo que disse, mas não deixo de dizer que "a bomba" que lançou aqui na passada sessão rebentou-lhe nas mãos. Porquê? Porque sabendo da caducidade da licença foram lá realizados vários eventos já depois deste Executivo permanente do PSD ter tomado posse. E portanto foram cometidas ilegalidades, quando efectivamente um órgão do poder local, eleito democraticamente, deve ser o primeiro a cumprir escrupulosamente aquilo que a lei diz. Terminei.-----

----- **DEPUTADO ALBANO PEREIRA (MAIS):** -----

Eu só quero dar aqui resposta ao Senhor Deputado Lameiras. Eu de facto disse que o posto de turismo ia abrir e estava tudo preparado para abrir. Só que a Junta do Pinhão tem quatro empregados diários, a quem paga todos os meses. A minha preocupação a partir do dia vinte é às vezes não ter dinheiro, nem saber como é que lhes hei-de pagar. E ao abrir o posto de turismo eu ia ter outra pessoa a quem teria que pagar. Resolvi não abrir. Com certeza que para o ano, penso eu, que abrirá, porque - e não abri porquê? - Entretanto, a firma Surrisousa penhorou os 20% do FEF, penhorou-me todo o dinheiro, todo o dinheiro que a Junta recebia, está a ser depositado no tribunal. Como está a ser depositado no tribunal, eu depois não podia chegar ao dia trinta e pagar a mais um empregado do posto de turismo, tenho que pagar aos quatro e, às vezes quatro, cinco e às vezes seis mil euros, de água, de luz, para o Pinhão ter água, porque se não tiver esse dinheiro, as torneiras do Pinhão deixam de deitar, porque é da responsabilidade da Junta. Agradeço ao senhor Lameiras a preocupação, mas a realidade é esta, eu não abri o turismo porque todo o

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

30

dinheiro da Junta do Pinhão está a ser canalizado ali para o tribunal. Está ali a ser depositado. -----

Depois, também queria responder aqui ao Senhor Deputado Cláudio, da zona ribeirinha. Ali de facto está o projecto, mas tenho que informar esta Assembleia que o projecto não está no meio, mas já começou há dois meses a ser realizado e é um investimento de quase um milhão e meio de euros. Muito obrigado. -----

----- **VEREADORA CRISTINA FELGUEIRAS:** -----

Senhor Deputado Luís Lameiras, eu saí para atender o telefone, mas como sabia que ia falar, fiquei cá atrás, e estava a ouvir lá atrás. Efectivamente, desde Outubro de 2013, 20 Outubro de 2013, nós realizamos lá alguns espectáculos ilegalmente. Mas, antes de 2010 e desde Maio de 2013, até 19 de Outubro de 2013, foram realizados muitos mais espectáculos ilegalmente. É portanto, da responsabilidade da gestão do Executivo do PS, o seu partido. E portanto, a bomba não rebenta nas minhas mãos. Rebenta nas suas. Até porque, a instalação da Assembleia que referiu, apesar de não ser um espectáculo e de poder ter ocorrido aqui, ou noutra sala qualquer, também não é da responsabilidade deste Executivo. -----

-----De seguida e porque mais nenhum deputado quisesse usar da palavra a **PRESIDENTE DA MESA**, averiguou se havia alguém no público que o quisesse fazer. Como não houvesse abriu o período da ordem do dia e introduziu o **ponto número um** da ordem do dia "**Exposição do Sr. Vice-Presidente da Câmara - apreciação, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/092**". Deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

Para além da nota que consta dos documentos que foram distribuídos aos Senhores Deputados, que eu me dispense aqui de ler, permitam-me que refira o seguinte: na presente data, o Município de Alijó tem um passivo constituído da seguinte forma: dívida a vinte e dois fornecedores, perto de 5,1 milhões; dívida a vinte e seis outros fornecedores, sensivelmente 1,5 milhões e dívida a entidades bancárias 13,5 milhões de euros. -----

Ainda em relação à situação económica e financeira importa referir o seguinte: quanto ao Programa de Apoio à Economia Local, PAEL, este Município já requereu a libertação da segunda tranche, aguardando-se a sua libertação no valor de 884.938 euros. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

37

Ao nível do empréstimo do Reequilíbrio Financeiro, encontra-se em situação de obtenção de visto no Tribunal de Contas, para que sejam visados os contratos celebrados com a Caixa Geral de Depósitos e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.

A dívida resultante de acordos de pagamento está a ser paga de acordo com os planos de pagamento aprovados pelas partes. -----

Desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, em Junho de 2014, apresentam-se os valores de forma resumida, extraídos e conforme documento infra apresentado, discriminando os valores recebidos e pagos, por grupos de receita e despesa. -----

Interessa aqui salientar, que a arrecadação de receita, designadamente a receita corrente, é substancialmente superior à despesa orçamental em correntes. O que quer dizer, que o orçamento em correntes está a financiar investimento. -----

Relativamente aos prazos de pagamento, importa salientar a diminuição acentuada do prazo médio de pagamento, que passou do quarto trimestre de 2013, para cerca de 700 dias, para 553 dias actualmente. -----

Refiro ainda, que muito recentemente, o Executivo teve conhecimento do incumprimento de um acordo, um plano de pagamento, celebrado a 14 de Janeiro de 2012, entre a SUMA, Serviços Urbanos e Meio Ambiente e o Município de Alijó, no valor de 672 mil euros aproximadamente. -----

Refiro ainda, como nota positiva, a recuperação recente de cerca de 180 mil euros em IVA. IVA que andava perdido. Portanto foi já reembolsado este IVA. Diz respeito somente a dois anos, portanto ainda faltam mais dois anos para recuperar, o que tudo indicia que esta receita seja substancialmente acrescida. -

Desde a última Assembleia Municipal, nomeadamente no mês de Agosto, detectámos, reportámos à Direcção Geral das Autarquias Locais, cerca de meia centena de mapas em atraso, alguns dos quais reportavam a 2009 e 2010, que originavam a retenção de aproximadamente 10% das transferências do FEF, que já cifravam um total de 225 mil euros. Essa falta foi suprida e a retenção foi reembolsada ao Município. -----

Relativamente à modernização administrativa importa referir que vamos iniciar muito brevemente, a formação de funcionários para trabalhar com a

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

32

plataforma de gestão de rendas, gestão de máquinas e viaturas e fiscalização e contra-ordenações. -----

Temos feito um esforço muito substancial no sentido de recuperar cerca de um milhão e trezentos mil euros que estão retidos na DGAL, por incumprimento, ou por falhanço, do saneamento financeiro de 2009. É uma verba muito significativa que está retida, em que tudo faremos para a recuperar. -----

Relativamente ao Auditório, que é uma questão que se tem posto com acentuada acuidade, e como já disse aqui no período antes da ordem, temos verba em orçamento para proceder à reparação necessária até ao final do ano e vamos fazê-lo. -----

Quero também informar, que na próxima segunda-feira, arrancará a instalação do sistema de biometria. -----

Relativamente ao protocolo, que esta Assembleia vai analisar, no decorrer desta Assembleia, o Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, eu quero dizer que, fiz eu próprio, organizei e coordenei várias reuniões com as Juntas de Freguesia. É verdade que o processo mostrou-se algo moroso. Não decorreu com a celeridade desejada, quer pelo Executivo, quer pelas Juntas de Freguesia, mas é uma situação nova e foi preciso trabalhá-la. Mas também é verdade que, não poderia haver, e já o disse aqui nesta Assembleia na sessão anterior, não poderia haver transferências para as Juntas de Freguesia se não houvesse reequilíbrio financeiro, porque o nosso orçamento tinha sido pensado no pressuposto de que haveria reequilíbrio. Mas porque é que então se propõe este protocolo e uma transferência a muito curto prazo para as Juntas de Freguesia? Porque houve efectivamente um acréscimo de receita extraordinária resultante do IMI. E portanto, esse acréscimo da receita vai-nos permitir transferir os montantes calculados para as Juntas de Freguesia. -----

Julgo que era o que se me oferecia para já dizer. Coloco-me à disposição dos Senhores Deputados para o que acharem conveniente. Muito obrigado.-----

-----A **PRESIDENTE DA MESA** abriu inscrições para o primeiro ponto da ordem do dia, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Cláudio Vilela, Telmo Pinto, João Vilela e António Lousa. -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS)** -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



Analizando a informação dada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, nomeadamente na página um, temos aqui a informação da Divisão Administrativa e Financeira, onde aparece a dívida a fornecedores na ordem dos 5,1 milhões de euros, a dívida a outros credores sensivelmente de 1,5 milhões de euros e a dívida a entidades bancárias de 13,5 milhões de euros. Esta dívida a entidades bancárias, penso eu, que é uma dívida de longo prazo, de empréstimos que já vêm do tempo do Dr. Aníbal. Portanto, isto dá sensivelmente 18 a 19 milhões de euros. Falta aqui um valor, que eu acho que é importante, que é o valor que a Câmara tem neste momento disponível em caixa, que pelas minhas contas irá na ordem dos 3 milhões de euros. No fundo, a dívida deste Município é, retirando esse valor, será na ordem dos 16 milhões de euros. É aquilo que eu posso concluir. -----

Depois, temos que analisar também aqui na página dois, um processo no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, em qua a parte contrária é Higinio Pinheiro e Irmão, que penso eu que foi debatida na última reunião de câmara e foi adiado para Novembro. A informação que me chegou é que nessa reunião de Câmara, é importante também transmiti-la aqui, é que a firma Higinio Pinheiro e Irmão iria reduzir o montante pedido, penso que seja isso, mas agradecia se não for, que seja uma correcção, o que me leva a concluir também o seguinte: as empresas estão a pedir valores em excesso, estão a inflacionar dívida. E essa dívida foi contabilizada, como nós temos vindo a assistir, em dívida normal, em que a Câmara diz que a dívida vai muito para além do que aquilo que é normal. -----

Depois, um outro processo também, já que estamos a falar de processos, que foi discutido na última reunião de Câmara e eu queria levantar aqui algumas questões, porque é importante fazê-lo, questões essas levantadas também pelos senhores Vereadores António Fernandes e Miguel Rodrigues, na última reunião de Câmara em que eu estive presente, que tem a ver com os honorários de um processo de recurso no tribunal, nomeadamente em primeiro lugar, a mudança de mandatário. Quais foram os motivos da mudança de mandatário nesse processo? Depois também, quais são os critérios de escolha da sociedade de advogados que ficou com o processo? Também uma outra pergunta pertinente e que convém esclarecer para não levantar qualquer dúvida, qual a relação dessa sociedade de advogados, ou de alguns advogados dessa sociedade, com os eleitos locais, quer na Câmara, quer na Assembleia



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

34

Municipal? Temos também nos critérios de escolha que salientar o seguinte: em alguns processos, nomeadamente de valor mais elevado são defendidos pelo Dr. José Maria e neste processo, que envolve cerca de 140 mil euros, é defendido por essa sociedade de advogados, em que os honorários rondam os 4.800 euros, portanto, perto do valor máximo admitido para a contratação directa. -----

Mais uma questão que me permite analisar, será que no Concelho, eu contei ontem cerca de vinte advogados. Não havia nenhum advogado com competência para defender a Câmara Municipal num processo deste valor, até porque estávamos a fomentar a economia local e a criar emprego numa área também que, penso eu, esteja com algumas dificuldades? -----

Depois, relativamente à exposição do Senhor Vice-Presidente de Câmara, temos também a actividade da Biblioteca Municipal, onde quero salientar a actividade do Espaço Internet. O Espaço Internet, na minha opinião, foi colocado na Biblioteca Municipal como uma opção política, nada tem a ver com uma questão de operacionalidade, uma questão política que foi o acto final do encerramento do Auditório Municipal, porque como a Senhora Vereadora acabou de confirmar, a única coisa que estava em causa era a sala de espectáculos e em nada impunha que o Espaço Internet passasse para a Biblioteca Municipal. Mas se analisarmos a actividade do Espaço Internet, e ela está na página dezanove, no ano de 2014, mês de Junho, 125 utentes, mês de Julho, 412, mês de Agosto 236. Em período homólogo de 2013 temos em Junho 512 utentes, em Julho 541 utentes e em Agosto 603 utentes. Portanto, no mês de Agosto, caiu para menos de metade. Eu queria colocar aqui algumas questões. O porquê disto acontecer? Será que teve a ver com a mudança? Será que teve a ver com o horário de funcionamento? Portanto, está aqui demonstrado, claramente, que esta opção política não foi a melhor. Visou apenas encerrar o Auditório Municipal, que como toda a gente sabe, a licença de utilização do Auditório Municipal resume-se exclusivamente, a espectáculos pagos. Nada impede que sejam feitos colóquios...-----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Está a intervir o Senhor Deputado Cláudio Vilela e eu agradecia silêncio, está bem? Faz favor Senhor Deputado -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** ...sejam feitos colóquios, concertos e outros espectáculos de teor gratuitos, nomeadamente, já que estamos a falar do espaço do Auditório Municipal, vamos analisar também aquilo que foi dito

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

56

na última reunião de Câmara, relativamente ao parecer da UTAD, sobre o Auditório Municipal. Veio-se a confirmar aquilo que toda a gente já sabia. O Auditório Municipal não tem deficiências estruturais, apenas tem deficiências de infiltrações a nível da cobertura, que fez provocar a queda de algumas luminárias, que prontamente seriam resolvidas pelos excelentes técnicos e electricistas que temos na Câmara Municipal, que poderiam colocar lá as luminárias e provisoriamente o Auditório poderia funcionar nesses espectáculos que não careciam de licença de utilização. -----

Depois, já que estamos a falar de despesas, criação de despesas, vou introduzir também aqui um tema, que tem a ver com um assunto também levado à última reunião de Câmara, que foi a criação de um call center no edifício do MAP. A Câmara apresentou a criação desse call center, em que a Câmara vai ceder o espaço a título gratuito, vai pagar a água e a electricidade, vai fazer as obras de adaptação que representam cerca de 7.500 euros, mas pode atingir um valor superior e é isto para instalar no Concelho uma empresa privada, com carácter privado, que visa apenas obter lucro. O que é que a Câmara obtém em troca? Por um lado é positivo, mas atendendo ao valor, torna-se um pouco negativo, que é a criação de dez postos de trabalho temporário, até Dezembro de 2015. Nada prevê que funcione após Dezembro de 2015. Acho que é um valor muito elevado que a Câmara Municipal vai despender para com uma empresa privada, que não garante um período mais longo na criação dos postos de trabalho. Podíamos ver que em situações semelhantes, outras Câmaras da região, conseguiram no mínimo três anos para esses vínculos. -----

E já agora, porque não? E isto leva-nos a perguntar: porque não pegar nesse investimento e dinamizar também outras estruturas que existem no nosso Concelho como é o caso da Pousada da Juventude, também precisava de um apoio e isto é que me leva a pensar que são escolhas políticas. Ataque Auditório Municipal, Estádio Municipal e Pousada da Juventude. Tudo obras feitas pelo anterior Executivo socialista, de carácter social no nosso Concelho. Era só, muito obrigado. -----

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** -----

Senhor Vice-Presidente, só uma referência à sua intervenção, que eu assisti com atenção mas, embora não contabilizando, mas salvo erro, 90% da sua intervenção incidiu precisamente ou em dados comparativos ou em valores ou algo que tivesse a ver com antes de 2013 ou com o mandato anterior. Que

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

36
[Handwritten signature]

conseguiu isto, que conseguiu aquilo. Se a informação que vem do Senhor Vice-Presidente, neste caso Presidente em exercício, se basear apenas e só, naquilo que faz porque deixou de ser feito pelo anterior, eu questiono o seguinte: estava à espera porventura, de chegar a uma Câmara Municipal e não encontrar este tipo de dificuldades, que não são só económicas, nem financeiras, serão sobretudo sociais, culturais e estruturais muitas delas, estava à espera não encontrar este quadro? Se a forma, do nosso ponto de vista, da vossa inactividade e porventura até, incapacidade, de procurarem porem em prática a criatividade de uma gestão da Câmara Municipal, aliás associado a isso, algum desnorte que nós sentimos, que toda a gente sente, e aqui já não é uma questão político-partidária, que toda a gente sente, um desnorte, um zig zag desta Câmara Municipal, que não se sabe muito bem o que é que dela possa sair, ou até que ponto possamos contar com ela, para resolver os nossos problemas, vamos acabar por passar o mandato todo nestas comparações homólogas do actual Executivo, com o Executivo anterior. Eu também tenho aqui comparações homólogas, mas eu gostaria mais, era de ouvir da parte do Senhor Vice-Presidente, uma candidatura que apresentaram àquele organismo, uma ideia que tenham para o futuro, uma estratégia que tenham preparada para avançar a curto/médio prazo. Mas não. Baseiam-se apenas e só na análise da questão económica e financeira da Câmara, como se o exercício da Câmara Municipal se esgotasse apenas e só nisso. -----

Dou a título de exemplo, uma coisa muito simples, que aqui já foi referenciada, que tem a ver com a senhora Vereadora do Pelouro da Cultura e do Desporto. Evidentemente que se está à espera, e é isto que distingue aquilo que é um Executivo do Partido Socialista dos restantes, é que nós não estávamos à espera, de certeza absoluta, que alguém do Alijoense viesse ter connosco, nós ficávamos era preocupados, íamos ter com alguém do Alijoense e perguntar-lhes «então pá, vocês não avançam? Precisam de uma ajuda? Querem uma colaboração? Então, fala-se que vocês não estão em condições, têm dívidas, o que é que a gente pode fazer para vos ajudar e colaborar para que o desporto em Alijó, que é tão importante, vocês possam dar andamento a ele?». Mas não, vocês apenas e só, e foi o que referiram aqui, estão à espera que venham ter com vocês, até porque ainda têm a chave, nem sequer a chave entregaram. É esta a diferença. É a atitude. É a forma. É o contexto em que cada um, com a sua política e ideologia, se insere na sua actividade autárquica. É isto que

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and the number 37.

diferencia. E era isto que eu gostaria de ver da vossa parte e não vejo. Tenho dito, muito obrigado.-----

----- **DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD):** -----

Só uma breve e ligeira apreciação sobre aquilo que acabei de ouvir. Vocês passam a vida a apregoar, que deixem o passado, esqueçam o passado, mas vocês fartam-se de falar no passado. Quer dizer, não podemos dizer uma coisa e fazer outra. Portanto, quando se faz comparações homólogas e que têm comparações homólogas para fazer, também é verdade, mas então é de parte a parte, correcto? E parece-me, se calhar de algum mau gosto, algum tipo de críticas que estão a ser dirigidas e que não são de todo bem contextualizadas. Quando se refere a questão do Auditório e do Estádio Municipal ou da Pousada da Juventude, todos eles têm características diferentes, não são situações iguais, não são comparáveis e acho que todas elas são conhecidas. Portanto, quanto a isso, juntar tudo no mesmo saco, não me parece correcto e adequado, porque a crítica pela crítica não vale de nada. -----

Depois, eu gostaria de pedir ao Senhor Vice-Presidente, se é possível e eu verifiquei aqui na documentação que foi facultada, que houve um grupo de trabalho que recolheu as principais necessidades das Juntas de Freguesia para elaboração do Protocolo com o Município. Eu gostaria de requerer, se fosse possível, se seria possível facultar essas necessidades que foram elaboradas, aos respectivos grupos, para que pudéssemos ter conhecimento delas. Acho que era importante que isso pudesse ser facultado. -----

Depois, gostava de pedir aqui um esclarecimento relativamente a uma situação que mencionou e que desconheço, não me apercebi se está aqui, se está aqui pedia que me elucidasse, relativamente à questão dos mapas em atraso que falou e ao valor que foi retido. Se pudesse elucidar-me acerca dessa questão, agradecia porque não percebi tudo. -----

E depois, por fim, a questão do call center, que ouvi o Deputado Cláudio Vilela mencionar, que desconheço, e portanto, gostaria também, já agora, se pudesse acrescentar alguma coisa em relação a esta questão e esclarecer ou elucidar sobre esta temática, ficaria agradecido. Muito obrigado. -----

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** -----

Acta da 8ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

38

Eu peço desculpa pelo meu lapso há pouco, por ter interpelado o senhor Vereador Miguel Rodrigues e gostava, se fosse possível, nesta fase, podendo, responder. -----

Em relação à coordenação entre a Câmara Municipal e as IPSS, houve um caso com a Associação São Tiago. Gostava de ser esclarecido. Quais foram as démarches que a Câmara Municipal tomou com a Segurança Social a respeito desse caso, da Segurança Social com essa dita Associação. -----

Na exposição do Senhor Vice-Presidente fala aqui em turismo lowcost, recuperação das escolas primárias. Gostava de saber em que ponto está isto. Se já tomaram posse das escolas, se entrou algum projecto colectivo, como fez a CIM Trás-os-Montes para todas as escolas do distrito de Bragança, que foram à volta de cem escolas, se é um projecto que vai entrar só no Concelho, ou se vai entrar na CIMDOURO. -----

E por último, não é por piada Senhor Vice-Presidente, mas numa das suas exposições diz assim aqui «fizemos limpeza e varreduras de ruas na Freguesia de Alijó. Este trabalho inclui o arranque de ervas». Se não é para ficar monumento nacional, mande arrancar aquele plátano que está ali nas escadas da Câmara, por favor. -----

-----De seguida a **PRESIDENTE DA MESA** informou que, depois de dar a palavra aos representantes do executivo permanente, iria também usar da palavra para prestar esclarecimentos sobre as comunicações realizadas. -----

----- **VEREADORA CRISTINA FELGUEIRAS:** -----

Relativamente aos processos judiciais tenho a dizer o seguinte: na audiência do julgamento que estava marcado para Setembro, efectivamente o senhor Higinio, um dos sócios que estava lá, equacionou a possibilidade de reduzir o montante, não falou em números. E portanto, como este Executivo tem como prioridade a defesa do interesse da Câmara Municipal, não se opôs que ele reduzisse o montante. Estamos à espera da proposta, sendo certo, porém, que ficou claro que o Município não vai chegar a um acordo mediante a contestação que apresentou. Portanto, a contestação foi feita no sentido de não se dever nada, que aquelas obras não foram feitas, portanto o Município não vai chegar a acordo e não nos podemos obstar à redução do montante, nem queremos isso, pelo contrário, mas a verdade é que eles terão de fazer prova daquilo que fizeram, em julgamento. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

39

Relativamente aos critérios de escolha, à mudança do advogado, conforme o Senhor Deputado ouviu na reunião de Câmara, porque assistiu à reunião toda e assistiu também às explicações, o que aconteceu foi que a Dr.^a Helena Oliveira, que também não é advogada deste Concelho e eu gostaria - e se se calhar teria sido benéfico para esta Câmara - que esses conselhos, dos 20 advogados do Concelho, o tivesse dado também ao anterior Executivo, porque se calhar tínhamos lucrado muito mais com isso, a Dr.^a Helena Oliveira, após várias tentativas do Senhor Presidente falar com ela e mediante um despacho do tribunal, em que era pedida a posição do Município relativamente a um pedido de consulta de um processo por parte de um jornalista, a senhora Dr.^a Helena Oliveira veio então aqui à Câmara Municipal falar com o Presidente da Câmara. O senhor Presidente da Câmara disse que se o autor, que é o Higinio Pinheiro, nada tinha a opor quanto à divulgação do processo, a Câmara também não, porque não tinha nada a esconder. A Dr.^a Helena Oliveira exigiu nessa mesma tarde que lhe fosse dada a ordem por escrito, enquanto ela estava no gabinete connosco. O fax seguiu para o escritório dela. O que aconteceu a seguir foi que a Dr.^a Helena Oliveira não cumpriu a ordem que lhe tinha sido dada relativamente a esse processo e a qual ela fez questão que ficasse por escrito e portanto o Senhor Presidente, como é óbvio, perdeu a confiança no advogado. -

Relativamente ao critério de escolha, como o Senhor Deputado também ouviu, o trabalho do Dr. Pedro Alinho, que é o advogado de que estamos a falar, foi da escolha pessoal do senhor Presidente e minha. Eu conheci o Dr. Pedro Alinho num processo que ele teve aqui e portanto, a objectividade com que ele aborda as questões agradou-me e essa foi a razão da escolha. Como é óbvio, relativamente às relações que ele tem com os eleitos locais, vou deixar para quem de direito, que há-de dizer alguma coisa. Devo lembrar que este Executivo, apesar dos advogados que foram escolhidos, também terem relações pessoais e profissionais com outros eleitos locais, não deixou de confiar neles. O Dr. José Maria efectivamente ficou com alguns processos nesta transição da Dr.^a Helena Oliveira, principalmente porque estávamos num período em que o processo tinha já uma diligência marcada, conforme eu expliquei também nessa reunião de Câmara. -----

Relativamente à Biblioteca, o que aconteceu foi de facto uma diferente estratégia e de visão política, relativamente àquilo que é a mudança do CIDNET ou do POSI, relativamente à saída do Auditório para a Biblioteca, isto porque,

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

40
[Handwritten signature]

não faz sentido nenhum, na nossa perspectiva e ouvidos os técnicos, a posição não foi tomada por unanimidade, mas os técnicos, por maioria, entenderam que efectivamente os computadores deveriam estar na Biblioteca, porque permitem também uma consulta às bases de dados da internet e não faz sentido estarem separados. Quando eu andava a estudar e usufruía da Biblioteca assim era. Neste momento a Biblioteca estava sem computador de pesquisa, o que não faz sentido nenhum. E portanto, há de facto aqui uma posição política, mas que não se prende com o encerramento do Auditório, mas apenas uma integração e uma rentabilização dos meios da óptica do utilizador, porque as pessoas são as mesmas e são necessárias as mesmas pessoas para a Biblioteca e para os computadores. Eu não sei os números que apresentou relativamente à utilização, não sei se eram do Auditório ou se eram da Biblioteca relativamente a Agosto do mês passado. Sei que com o horário de funcionamento isso não está relacionado porque ele é exactamente o mesmo. O horário de funcionamento do CIDNET e da Biblioteca. Quem usufruiu no fundo desta mudança, foi a Biblioteca que passou a estar aberta ao público durante mais tempo. -----

Relativamente à sala de espectáculos, o Senhor Deputado não deve ter percebido aquilo que se disse aqui, porque a sala de espectáculos não está encerrada para espectáculos a pagar. Nem pode ser aberta para espectáculos gratuitos. Ela está pura e simplesmente encerrada para qualquer utilização. E se o problema fossem as lâmpadas, como disse, como quis fazer passar, com certeza que a UTAD não continuaria a sugerir o encerramento da sala, por perigo, por estarem em causa questões de segurança. E assim foi. -----

Relativamente ao call center vou deixar para o senhor Vice-Presidente, mas quanto à Pousada da Juventude vou-lhe dizer o seguinte. Conforme eu mais uma vez tive a oportunidade de esclarecer na última reunião de Câmara, o Senhor Deputado assistiu, quando a direcção da Pousada da Juventude, ou alguém que os representa, se dirigiu ao Senhor Presidente, o que pediu foi 23 mil euros e não justificou o dinheiro. Disse que eram as despesas de funcionamento. E o Senhor Presidente o que perguntou foi «porque é que vocês no ano passado pediram dezasseis mil euros e porque é que não estão aqui contabilizadas as receitas? Qual é o montante das receitas?». Eles não deram. Porque ninguém disse, nem o Executivo negou essa diferença de funcionamento. Só que eles não trouxeram essa diferença. Disseram «a despesa

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

47

é de 23 mil euros e portanto a Câmara vai ter que pagar». Mas devo-lhe lembrar isto Senhor Deputado, que o anterior Executivo também não assumiu qualquer comparticipação no encerramento da Pousada, sabia? O que fez o anterior Executivo e que isso nós nos recusamos a fazer, foi deliberar na reunião de Câmara uma intenção de comparticipação. E agora quando a Movijovem veio cobrar, sabe o que é que nós devemos Senhor Deputado? Zero. Porque intenções de comparticipações, juridicamente valem zero. E quem deliberou neste sentido sabia o que estava a fazer. Portanto, este Executivo não pode assumir aquilo que não sabe o que é, qual é o prejuízo? Qual é o custo de manter aberto? Não sabemos. Não são 23 mil euros. Queremos a despesa, mas também queremos a receita, para saber se estamos a falar de cinco mil euros, dez mil euros, quinze mil, não sabemos. Eles não disseram. Quando vierem com essas contas, nós estamos, como é evidente, disponíveis a pagar, até porque a obra, como sabe, não é do anterior Executivo, não é? Como sabemos, a obra é da Movijovem, não é do anterior Executivo. E que fosse, e que fosse. Temos todo o interesse em a manter aberta, mas não nas condições que eles pedem, ou sem explicarem. -----

Relativamente à direcção do Atlético, Senhor Deputado Telmo, tenho que lhe dizer que eu própria, conheço casos de direcções, conheço dois, não lhe posso dar outros, em que foi a direcção a dirigir-se à Câmara. Não foi o senhor Presidente da Câmara que se dirigiu à direcção, foi a direcção que se dirigiu à Câmara e disse «estamos nesta situação, o problema é este, queremos dinheiro. Há? Não há? É possível ajudar? Não é possível ajudar?» Foi a direcção que se dirigiu à Câmara e não ao contrário.-----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

Senhor Deputado Cláudio, relativamente ao call center, a informação que prestou não é a informação correcta, permita-me que o corrija, porque os 7,500 euros que referiu são exclusivamente destinados à aquisição de equipamento, que na hipótese de abandono por parte da empresa seriam sempre património do Município. Relativamente ao investimento em infra-estruturas ele é praticamente zero, estão duas salas que já serviram de escola, carecem apenas de uma pintura, portanto o investimento não é significativo. Por outro lado, são dez postos de trabalho, no mínimo, numa primeira fase que são criados neste Município, contratados no Concelho de Alijó. O contrato é por um ano e como tem acontecido aliás em todos os Concelhos e depois, normalmente, tem

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

42

acontecido sempre, a empresa prolonga o contrato, inclusive com mais contratação, com mais criação de postos de trabalho. Esperamos que em Alijó, se vier a instalar-se de facto este call center, se processe a mesma coisa. É verdade que foi a informação a reunião de Câmara. Foram levantadas, suscitadas algumas dúvidas relativamente ao facto de se saber se era possível ou não, se isto seria uma forma de financiamento de uma empresa privada e portanto baixou à especialidade, passe o termo, para ser informado e proximamente será levado a reunião de Câmara, devidamente informado. Eu acho que o que importa aqui referir é que esta empresa se propõe criar de imediato, contratar no Concelho de Alijó, dez pessoas para trabalhar. -----

Senhor Deputado Telmo Pinto, o senhor leu com certeza a informação que foi distribuída aos senhores Deputados e não consta só isso que referiu, consta outro tipo de informação. Eu refiro por exemplo a candidatura “Terra de Culinária”, por exemplo, que o senhor leu com certeza, que visa criar um roteiro gastronómico para o Concelho de Alijó e assim potenciar os nossos restaurantes, a nossa restauração. Agora, o senhor Telmo Pinto referiu uma coisa que me aguçou o apetite, passe a expressão, é a atitude. Havia de facto essa atitude por parte do anterior Executivo. É verdade. Agora, quando nós optarmos por essa atitude, queremos ir seguros de que não deixamos o rabo entalado, perdoem-me a expressão e de que os compromissos que aí assumirmos, os cumpriremos. -----

Senhor Deputado João Vilela, não penso que foi o senhor Deputado Telmo Pinto, que solicitou o levantamento das necessidades das Juntas de Freguesia, será com certeza distribuído a todos os grupos parlamentares. -----

Senhor António Lousa, a Associação de São Tiago. Eu não vou entrar em pormenores relativamente à questão. É verdade que foi apreciada em reunião de Câmara. Foi solicitado ao Executivo que conversasse com a Segurança Social Distrital. Fizemo-lo acompanhados da direcção da Associação de São Tiago e relativamente a pormenores não vou falar. Está aqui o senhor Vereador que é Presidente da direcção daquela Associação, se entender que deve falar sobre isto, eu em pormenores não me vou alongar. -----

Relativamente ao turismo lowcost, isto faz parte de uma intenção, diria mesmo já de uma pré-candidatura que queremos fazer ao programa Life, portanto, fundos comunitários, em articulação com o Parque do Vale do Tua, em que visa, numa primeira fase, recuperar algumas das escolas, na orla do parque, que

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

43

possam vir a servir para o turismo lowcost, é verdade, mas destinadas a acolher jovens das nossas escolas, num programa eventualmente inserido no turismo da natureza. É uma candidatura que está ainda numa fase muito embrionária, muito insipiente. Estamos a tratá-la. Os serviços de empreendedorismo estão a acompanhar isto. É uma candidatura ambiciosa. A recuperação daquelas escolas é apenas uma pequena parte, mas no devido tempo vos daremos conhecimento. -----

Sobre os mapas são reportes financeiros para a Direcção Geral das Autarquias Locais, que por lei é obrigatório prestar, para que eles possam acompanhar a execução dos orçamentos das Câmara Municipais. E foram sendo cometidas falhas. Foram deixando reportes para trás e foram-se acumulando até cerca de meia centena. É evidente que a Direcção Geral das Autarquias Locais a dada altura começou a reter 10% das transferências do FEF, como forma de obrigar o Município a responder. Mas essa falha foi suprida, neste momento está tudo bem, está tudo em ordem. O dinheiro foi recuperado, cerca de 230 mil euros. ---

----- **PRESIDENTE DA MESA:** -----

Como eu disse eu queria fazer uma pequena intervenção e desculpem-me, mas vão-me autorizar, a que eu faça daqui, que não vá para ali, se não se importarem. Portanto, respondendo concretamente ao senhor Deputado Telmo Pinto, quando fala da sociedade de advogados contratada pelo Executivo e que põe três questões: os motivos da mudança de mandatário, os critérios de escolha e qual a relação da sociedade de advogados? Como é óbvio eu só vou responder à terceira questão. Quanto aos critérios da mudança de mandatário e aos critérios de escolha eles dizem respeito unicamente ao órgão Executivo. Apesar da sua questão não ser ingénua, é pertinente e até lhe agradeço que a tenha posto. A sociedade em causa, Campos Pereira, Pedro Alinho, Leopoldo Carvalhais, Cândida Mesquita e associados tem a trabalhar com ela duas pessoas, dois advogados, que são das minhas relações, são meus amigos de grande proximidade. É isso que eu lhe quero dizer. E quero dizer aqui, que nada, absolutamente nada, tenho a ver com os critérios ou com a escolha dessa sociedade de advogados. E era isso que eu queria que ficasse aqui esclarecido. E queria dizer aqui também, perante todos vós, que sou amiga desde há longos anos do Dr. José Maria Barroso e que fui patrona da Dr.ª Vanessa Barbosa Novo, que são advogados avençados desta Câmara. E reitero, que nada, absolutamente nada, tenho a ver com essas contratações. Não sei se está

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

44

respondida a sua questão senhor Deputado Telmo Pinto. Se quiser mais algum esclarecimento, agradeço.-----

Referiu ainda que, por lapso, trocou o nome ao Senhor Deputado que tinha posto esta questão - Cláudio Vilela e não o Deputado Telmo Pinto - reafirmando o que havia dito e esclarecendo, ainda, que com um dos Advogados dessa sociedade, que não o Dr. Pedro Alinho, tem, por vezes, mandatos em conjunto.-----

----- **VEREADOR MIGUEL RODRIGUES (MAIS)** -----

Agradeço ao Senhor Deputado António Lousa a oportunidade que me dá de aqui usar da palavra, sempre disponível para aqui falar do presente, do futuro e também do passado. E pelo que eu percebi pela questão do Senhor Deputado António Lousa, portanto dirigiu-se às posições que eu assumi enquanto Vereador da oposição, relativamente aos orçamentos municipais nos anteriores Executivos, penso que o escopo da sua questão seria esse. E não há muito a dizer em relação a essa matéria. O senhor Deputado se consultar as actas que aprovaram os orçamentos municipais no período em que fui Vereador, até ao mandato anterior, de 2005 até Dezembro de 2012, quando foi aprovado o orçamento para 2013, o senhor Deputado chega a duas conclusões. A primeira conclusão é que de 2005 até 2011 eu, e os meus colegas Vereadores da oposição, votamos sempre contra os orçamentos municipais. E o senhor Deputado chega também à conclusão que em 2012, o orçamento para 2013 não mereceu o meu voto favorável, mereceu o meu voto de abstenção, porque estava directamente relacionado com algo que tinha acontecido muito recentemente, que foi a candidatura ao PAEL, o Programa de Apoio à Economia Local e candidatura ao Plano de Reequilíbrio Financeiro, que são dois instrumentos financeiros fundamentais para a consolidação das contas da Câmara. E eu queria a esse nível relembrar o senhor Deputado da declaração de voto que foi apresentada por mim, e pelos meus colegas Vereadores, nessa reunião de Dezembro de 2012. E então diz-se assim «na análise deste orçamento, valorizamos a circunstância de o mesmo reflectir a adesão do Município de Alijó ao Programa de Apoio à Economia Local e a um programa de Reequilíbrio Financeiro, medida importante para a consolidação de passivos e pagamento das dívidas a fornecedores, propiciando uma injeção na economia local e a estabilidade financeira da Autarquia, o que se revela de todo necessário no actual contexto económico e financeiro.» A abstenção

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

45

apresentada pelos Vereadores da oposição nessa reunião de Dezembro de 2012, relativa ao orçamento para 2013, esteve directamente relacionada com a candidatura a estes dois instrumentos financeiros, em cuja elaboração a oposição camarária foi directamente envolvida. Houve um pedido de colaboração do Executivo permanente e atendendo à importância fundamental destes instrumentos, eu próprio e os meus colegas Vereadores da oposição da altura, envolvemo-nos na preparação destes instrumentos financeiros. -----

Portanto, subserviência é uma palavra que não consta do meu léxico senhor Deputado. Houve sim colaboração e graças a essa colaboração foi de facto efectuada a candidatura a estes instrumentos e graças a uma delas que já teve visto do Tribunal de Contas, a Câmara Municipal actual está já a efectuar pagamentos a fornecedores. É o que me cumpre dizer, muito obrigado. -----

----- **VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES (PS)** -----

-----Uma vez que foram aqui pedidos esclarecimentos importantes, de uma Instituição importante para o Concelho, quero aqui agradecer a preocupação do senhor Deputado António José Lousa, pela preocupação que tem também em relação àquela Instituição. -----

Para mim, começo por dizer, que as Instituições sejam do Norte, sejam do Sul, sejam do Centro, particularmente, Instituições Particulares de Solidariedade devem merecer a preocupação e a atenção de todos os cidadãos. -----

Bom, também não podia começar este esclarecimento sem agradecer ao Senhor Deputado Miguel Rodrigues, porque foi ele que numa reunião de câmara despoletou esta situação, questionando-me também, sobre essa situação, porque tinha-lhe chegado o conhecimento e também quis manifestar o seu voto de solidariedade em relação a esta Instituição e por aí, os meus agradecimentos e daí se ter debatido este assunto e bem, porque é um assunto que interessa a todos, na reunião de Câmara. -----

Então, vamos aos factos. É verdade que questionou e é verdade que se mostrou solidário e é verdade que até questionou o porquê de uma Instituição como a Câmara, ainda primeiro questionou se já sabia e segundo o que é que tinha feito e terceiro se estava receptiva, portanto, a ajudar a Instituição. Claro que nós temos que ser sérios naquilo que dizemos e ainda mais naquilo que fazemos. Claro que o Executivo camarário se mostrou receptivo a colaborar e bem, grato estou também por isso e numa primeira fase combinou-se, e essa é que é a

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

46

verdade, de se ir à Segurança Social então constatar o que é que realmente se passava, porque atrás disto também vem sempre também muito ruído. Até se falava já em Ministério Público e tudo isso. Bom, marcou-se portanto, numa primeira fase, uma abordagem, que era para ser nessa primeira fase já com a direcção da Instituição. Claro que nessa primeira abordagem o senhor Vice-Presidente teve uma conversa, que eu, do que conheço dessa conversa, foi aquilo que me transmitiu e eu acredito, não tenho razões para não acreditar, mas o certo é que houve uma conversa, em que desde essa primeira conversa, o Senhor Vice-Presidente, vai-me permitir que o diga, porque não é sigilo, não é, que acreditava num bom desfecho do assunto. -----

Claro que nós numa segunda reunião fez-se a pergunta, obtivemos a resposta e não achámos que fosse bom haver um encontro sobre uma situação tão importante como a que foi, só entre o senhor Director da Segurança Social e o Senhor Vice-Presidente. O que se entendeu foi que a direcção da Instituição teria de estar representada nessa reunião, para assim se inteirar da total situação que se passa. É verdade que depois houve essa reunião. É verdade que ainda o senhor Vice-Presidente ainda reforçou a convicção de que o assunto, não podia ser também de outra forma, que iria portanto ser resolvido a contento das duas partes. Portanto, grato lhe estou por isso também. -----

Para chegarmos a uma conclusão, ainda não há resultado nenhum, ou seja, da fiscalização a que a Instituição foi sujeita, como são muitas por aí e todas têm desses problemas e se outras forem fiscalizadas, não tenham dúvidas que eles também vão ter alguma coisa ao que se agarrar. Agora há ali uma coisa que é imprescindível e respondo por toda a direcção, estamos todos de mãos limpas e quanto a isso não havemos de ter problemas. Disso posso ter a certeza. Pode haver questões de procedimentos, como há em qualquer lado. -----

Por isso, deixo aqui os meus agradecimentos a todos e tem sido muita gente do Concelho que se tem preocupado, e devem-no fazer com todas as Instituições, com todas as forças vivas do Concelho, porque isso é que mexe o Concelho. Por isso, dessa forma também agradeço a oportunidade que me deram em esclarecer toda a gente. Estamos descansados que as coisas hão-de ir a bom porto e não faria sentido que fosse de outra forma. Muito obrigado. -----

----- **DEPUTADO DUARTE GUEDES (MAIS):** -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

47

Gostava de falar sobre o assunto do Atlético. Faço parte da direcção, sou director, e gostava de esclarecer os assuntos, para não ficar qualquer tipo de dúvidas. Fez um ano que estou nesta direcção. Sei que quando entrámos a direcção estava com dívida. Nós para fazermos a inscrição na Federação de Futebol em Vila Real tínhamos que pagar sete mil euros, dinheiro esse que na altura a Câmara não nos deu. Fomos nós os directores que pagámos do nosso bolso. Foram sete mil euros que nós pagámos do nosso bolso. O único apoio que a Câmara nos deu no início foram as carrinhas. Era o transporte e o autocarro ao fim-de-semana. Tínhamos que arranjar dinheiro para a alimentação, para os jogadores ao fim-de-semana e no princípio também nos começaram a dispensar uma funcionária da Câmara para fazer as limpezas no estádio.-----

Fizemos entretanto um ofício à Senhora Vereadora da Cultura e do Desporto, no qual marcámos uma reunião, não na Câmara, mas sim no Atlético, porque é lá que nós temos a nossa direcção e era lá que tinha que ser feita a nossa reunião, na qual aparecemos os directores todos e ela não apareceu. Não deu qualquer justificação. Nós continuamos, como assumimos, continuamos com o Atlético até ao fim. Eu próprio ia buscar o lanche ao fim-de-semana para os jogadores e pagava eu do meu bolso, nós não tínhamos dinheiro para nada, éramos nós próprios que pagávamos. A Câmara, entretanto, com o novo Executivo tirou-nos o transporte durante a semana e ia eu e o resto dos directores com os nossos carros levar os jogadores a casa, depois da escola e dos treinos, íamos nós próprios, com os nosso carros, levá-los a casa. Tivemos fins-de-semana de irmos a jogos de futebol que nem autocarro tínhamos, tivemos que ir nós nos nossos próprios carros. E nós ficámos à espera que este novo Executivo e a Vereadora do Desporto viessem ter connosco e nos desse alguma justificação. Foi por isso que ainda não entregámos a chave, porque nós fizemos ofício, estamos à espera de uma resposta, que ainda hoje não nos foi dada. Logo, este ano tínhamos outra vez que fazer o pagamento de sete mil euros e nós não íamos estar a pagar mais sete mil euros à nossa custa. É isso que tenho a esclarecer.-----

----- **DEPUTADA AURELINA CARVALHO (PSD):** -----

Relativamente ao assunto do Atlético, eu acho que o Duarte deve ter memória curta, porque quando eu tomei posse, tinha lá um cheque de dez mil euros, foi uma transferência da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia e esses dez

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

48

mil euros foram direitinhos para o Atlético, que era para pagar uma dívida de 7,500 euros, para puderem inscrever jogadores. Portanto, não diga que não receberam nada. Era só para esclarecer que foi entregue um cheque de dez mil euros.-----

----- **DEPUTADO DUARTE GUEDES (MAIS):** -----

Nós fizemos a inscrição em Agosto, foi no último dia de Agosto e nós metemos esse dinheiro do nosso bolso. Depois, recebemos sim essa verba, em Novembro ou Dezembro, não estou certo, mas foi para pagar treinadores, massagistas, outros funcionários e outras dívidas que tinha a direcção anterior. Nós sim recebemos esse dinheiro, mas esse dinheiro nós tínhamos mais dívidas.-----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Agradeceu aos intervenientes e propôs um intervalo de quinze minutos, o que foi aceite.-----

----- Após um intervalo de 15 minutos, a PRESIDENTE DA MESA deu, de novo, início aos trabalhos, procedendo a nova chamada informando **i)** da entrada, no início da sessão, de um requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Hélder Filipe Pinto Furtado onde requer a suspensão do mandato pelo período de 365 dias **ii)** que o requerimento com declaração de voto apresentado pelo Senhor Deputado João Vilela ia indeferido, porque não ter sido apresentado dentro do prazo.-----

De seguida deu a palavra ao Senhor Deputado João Vilela, para se pronunciar quanto à Moção que queria apresentar.-----

----- **DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD)** -----

Informou que era um reconhecimento pelo trabalho desenvolvido Associações, Colectividades e Comissões de Festas e IPSS do Concelho e que leu.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MOÇÃO

RECONHECIMENTO DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELAS ASSOCIAÇÕES, COLETIVIDADES, COMISSÕES DE FESTAS E IPSS

A situação conjuntural que se vive em Portugal, com dificuldades financeiras a vários níveis, constitui uma contrariedade para todos aqueles que desenvolvem atividades de cariz social, cultural e desportivo a título *pro bono*.

Pretende-se, nesta sessão da Assembleia Municipal, evidenciar o mérito de muitas das nossas associações, coletividades, comissões de festas e IPSS pelo excelente trabalho que têm desenvolvido no concelho de Alijó. Os poucos recursos e todas as dificuldades inerentes, têm sido superados com muito empenho, dedicação e espírito de missão, e desta forma atingido os seus objetivos em prol das suas populações, cumprindo um verdadeiro serviço público, e muitas vezes pouco reconhecido.

Parece-nos relevante destacar o papel das comissões de festas que trabalham um ano inteiro para organizar um evento de poucos dias, dando cumprimento a tradições seculares e um importante contributo à cultura, e uma vez mais, em 2014, com enorme sucesso.

Pelo exposto, entende a Assembleia Municipal de Alijó, ser de maior justiça e merecimento a aprovação desta moção, dando conhecimento da mesma a todas as associações, coletividades, comissões de festas e IPSS do concelho de Alijó e às respetivas Assembleias de Freguesia.

Assembleia Municipal de Alijó, 30 de Setembro de 2014

O Grupo Municipal do PSD

-----A **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a apresentação da Moção e informou que constituiria o ponto 16.º da ordem do dia para aprovação. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

50

Introduziu de seguida o ponto número dois da ordem do dia *“Modificação Orçamental n.º 10 – Revisão ao Orçamento da Despesa n.º 1 e ao Plano Plurianual de Investimento n.º 1; Aprovação”*. Deu a palavra ao senhor Vice-Presidente para se pronunciar sobre este assunto. ---

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

Vem aqui uma proposta de modificação orçamental e de revisão ao orçamento da despesa, bem como ao Plano Plurianual de Investimentos. Porquê uma alteração ao Plano Plurianual de Investimentos? Porque sentimos necessidade de criar um novo projecto, que é a aquisição de uma nova viatura de trabalho, com a designação genérica de nova viatura de trabalho, que não se trata propriamente de uma viatura de turismo, mas é uma pequena touché, uma pequena giratória, equipada com diversos acessórios, para a execução dos mais variados trabalhos para o Município. -----

Vem também uma alteração, uma modificação orçamental, para dotar a rubrica relativa aos investimentos que vamos fazer do Auditório Municipal, que se prevê que sejam 50 mil euros em termos de obras e três mil, aproximadamente, para projecto e são cerca de dez mil euros para aquisição de contentores de lixo ara repor o stock dos nossos contentores. Portanto, é isto que eu deixo à vossa consideração. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Pediu um esclarecimento ao Senhor Vice-presidente, antes de passar às inscrições, querendo saber se já tinha vindo alguma apreciação técnica da DGAL, relativamente à matéria em análise? -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** Respondeu que ainda não tinha chegado nada e que estavam a aguardar. Mais informou que foram prestados os esclarecimentos pedidos.----- Não havendo inscrições para este ponto, a Presidente da Mesa colocou a votação o ponto número dois da ordem do dia: *“Modificação Orçamental n.º 10 – Revisão ao Orçamento da Despesa n.º 1 e ao Plano Plurianual de Investimento n.º 1; Aprovação”*, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade** dos presentes. -----

-----Introduziu de seguida o ponto três da ordem do dia: *“Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais inerentes ao fornecimento de Energia Eléctrica para as Instalações dos Municípios da CIM Douro e afins – 2015, que se estima no valor anual de 661.343,01*

Acto da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

67

euros; Aprovação”, dando a palavra ao Senhor Vice-Presidente para prestar informações. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

Trata-se de um concurso que decorreu no âmbito da Comunidade Intermunicipal, CIM Douro, para fornecimento de energia eléctrica às autarquias, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, como é o caso. Terminou e vem aqui proposta para assunção de compromisso. É um compromisso plurianual, daí vir à Assembleia Municipal. -----

Gostaria de nesta curta apresentação referir aqui o seguinte: o procedimento concursal foi-nos remetido pela CIM muito tarde, numa fase já muito tardia e não houve a possibilidade, o Executivo não teve a possibilidade, de incluir neste concurso autarquias, Juntas de Freguesia. As Juntas de Freguesia poderiam perfeitamente terem incluído este concurso e obter assim energia substancialmente mais barata para as suas instalações, assim como outras organizações, designadamente IPSS. Eu acho que as IPSS deveriam ter sido também convidadas a incluir, portanto, este processo, concurso, não houve a mínima possibilidade, porque o tempo foi extremamente limitado, mas ficamos alerta e no próximo ano, com certeza que convidaremos as IPSS, todas do Concelho, e outras Associações sem fins lucrativos, a integrarem este concurso. Era só. -----

-----Não havendo inscrições para este ponto, a Presidente da Mesa colocou a votação o ponto três da ordem do dia: **“Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais inerentes ao fornecimento de Energia Eléctrica para as Instalações dos Municípios da CIM Douro e afins - 2015, que se estima no valor anual de 661.343,01 euros; Aprovação”**, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.** -----

-----Introduziu de seguida o **ponto número quatro** da ordem do dia: **“Regulamento para a criação da Comissão Municipal de Protecção do Idoso de Alijó; Aprovação”**, dando a palavra à Senhora Vereadora Cristina Felgueiras para apresentação do mesmo. -----

----- **VEREADORA CRISTINA FELGUEIRAS:** -----

Esta Comissão Municipal de Protecção do Idoso vem na sequência de uma reunião do CLAS, Conselho Local de Acção Social, da Rede Social, em que no fundo se fez sentir a necessidade de proteger as pessoas mais velhas. Nós

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

62
[Handwritten signature]

temos um Estado que se preocupa com as crianças e com os jovens e muito bem. Temos a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, mas na verdade, nós sentimos esta lacuna ao nível das pessoas mais velhas. Este Conselho Local ainda não tem a força jurídica da comissão política da CPCJ, mas os Municípios pretendem numa acção concertada, que mais para a frente ele venha a ter essa natureza jurídica. E portanto, o que se propõe aqui é um Conselho Municipal, que funciona com várias Instituições. É um regulamento e portanto, nessa medida vem à Assembleia Municipal. Visa, fundamentalmente, sinalizar as pessoas mais velhas que estejam em risco. -----

----- **A PRESIDENTE DA MESA** abriu inscrições para este ponto da ordem do dia, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Alceu Costa, Telmo Pinto, Filomena Nogueira, Cláudio Vilela, João Vilela, Marco Rodrigues e Laureano Guedes.-----

----- **DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD):** -----

É muito rapidamente apenas para me congratular com esta iniciativa, sobretudo numa altura em que diariamente somos confrontados com notícias nos meios de comunicação, que falam de atrocidades de que muitas vezes os nossos idosos são vítimas. Por acaso vem a propósito o que hoje a imprensa relata, que é a abertura para que os idosos passem a fazer parte dos nossos agregados familiares a nível de IRS. Isso penso que é uma excelente medida na defesa da família e também no sentido de conseguir que as pessoas cada vez mais fiquem com os seus idosos em casa e não os metam nos lares, como infelizmente acontece. Muito obrigado. -----

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** -----

No fundo, só para me congratular com a medida. Dar os parabéns pela iniciativa e desejar que a mesma funcione e que tenha efeitos práticos e eficazes no futuro, porque como foi referenciado pelo Senhor Deputado Alceu Costa é de facto um problema que cada vez mais, infelizmente, no nosso concelho e principalmente nos concelhos do interior existem e somos às vezes confrontados com notícias super desagradáveis, relativamente ao tratamento que estes idosos têm. Acho que sim. É boa a iniciativa. Parabéns. E claro que o PS associa-se à mesma. Muito obrigado.-----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** -----

Acta da 8ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

53

No fundo é também para me congratular com a medida e queria apenas fazer uma sugestão, penso que este período é indicado para isso, uma alteração ao regulamento, nomeadamente no artigo 5.º, ponto n.º 3.º, onde tem os vários representantes, a composição dessa comissão. E eu acho que há aqui uma lacuna, que tem a ver com a falta de um representante dos Bombeiros Voluntários. Sendo o nosso concelho, um concelho que tem várias corporações, é riquíssimo nesse aspecto. Sendo também que muitas das vezes, os Bombeiros Voluntários são um segunda família para os idosos. Que são, muitas das vezes, primeiro acolhidos pelos Bombeiros e só depois pela família, porque as famílias muitas das vezes estão longe e não estão cá no concelho, por força da vida, não é, serão estes nossos munícipes, os Bombeiros, os primeiros a alertar para qualquer situação. Eu acho que era importante que estivesse nesta Comissão, um representante dos Bombeiros, até porque, eu fiz o trabalho de casa e fui verificar alguns regulamentos do nosso país. Não foi preciso pesquisar muito. Fui à net. Tirei dois ou três aleatoriamente e todos eles contemplam um representante dos Bombeiros Voluntários, pelo que poderei facultar, se assim for necessário. -----

Queria também e já que acima de tudo vamos preparar o futuro, acautelar o futuro, encontrei também um, de um Município que não vale a pena referir, onde fala de um representante também da Universidade Sénior. Portanto, para não ter o regulamento que voltar à Assembleia Municipal, uma vez que era promessa eleitoral deste executivo a criação de uma Universidade Sénior no Concelho de Alijó, seria também de bom-tom, incluir para ficar o futuro devidamente acautelado. Era só, muito obrigado. -----

----- **DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA (PS):** -----

É só para dizer que considero uma excelente iniciativa, proteger e apoiar os nossos idosos, proporcionando-lhes, dentro do possível, dignidade e qualidade de vida. Todos sabemos que há um elevado número de idosos abandonados pela sociedade, desprovidos de qualquer terapia ocupacional, acompanhamento psicológico, etc. todos sabemos também, que muito daquilo que todos somos hoje, devemos-lo a eles. Por isso, é sempre pouco tudo quanto de bom lhe pudermos proporcionar. Muito obrigada.-----

----- **DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD):** -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

64

Eu gostaria em nome do grupo municipal do PSD de congratular esta medida mas, acima de tudo, ter a certeza que não é mais uma medida para cumprir calendário, entre aspas, passe a expressão, mas de que efectivamente tenha resultados práticos, de que tenha um acompanhamento persistente e de que acompanhe efectivamente a realidade do Concelho a nível dos mais idosos.-----

Era importante ainda e gostava de realçar aqui quatro questões, que se prendem, com digamos, quatro promessas eleitorais que o PSD teve nas últimas eleições autárquicas, no que concerne ao apoio às pessoas. E parece-me relevante esta questão na circunstância de que estamos a falar dos idosos, nomeadamente a criação da universidade sénior, que foi agora mencionada pelo Deputado Cláudio, a criação do cartão do idoso com benefícios em serviços prestados pela Câmara Municipal, a unidade móvel de saúde e a oficina móvel especializada em pequenas reparações domésticas para apoio a idosos carenciados ou incapacitados. Acho que são questões que não devem ser esquecidas, devem ser prioritárias, ainda mais nesta circunstância, estamos a falar de idosos, estamos a falar também do nosso futuro. Muito obrigado. -----

----- **DEPUTADO MARCO RODRIGUES (PSD):** -----

A minha intervenção vai no sentido de dar os parabéns à Câmara Municipal de Alijó, por esta ideia brilhante que tiveram e eu posso e falo, porque vivo várias situações mais complicadas e que mexe com a sensibilidade das pessoas, devido à minha profissão e muitas vezes temos esse problema, que os idosos e a gente trabalha nisso e vê, de facto, estão um bocadinho mesmo, digamos não é votados ao abandono pela Câmara, porque não é uma das situações que compete à Câmara mais directamente, mas acho que é uma grande medida e é de louvar esta criação. Na certeza porém e desculpem o meu português, que é um bocadinho bruto, quando dizem aqui que é o idoso de Alijó, acho que era mais bonito ficar o idoso do Concelho de Alijó, porque os idosos do Castedo podem dizer que não são de Alijó, são do Castedo. Era só essa a sugestão que eu queria fazer.-----

----- **DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS):**-----

O MAIS congratula-se e esta unanimidade que esta Assembleia está a manifestar, permite-me dizer que gostaria de uma aprovação com louvor, se for possível. -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

65

Era só para dar oportunidade à Senhora Vereadora, uma vez que já está ali, para responder a uma questão que ela se esqueceu há pouco, que ela já sabe qual é, tivemos oportunidade de falar, penso eu que não foi intencional, não é? -

----- **DEPUTADA EDUARDA SAMPAIO (MAIS):** -----

Achei ótimo, maravilhoso, só lembrava que deveria estar um representante da Igreja, um Pároco, porque é muito difícil entrar em casa dos idosos e os Párcos são os únicos que vão a todos os idosos e eles confessam-se, dizem as verdades. Não vão dizer a verdade acerca se levam nas orelhas ou se são maltratados, a um Presidente da Junta ou a uma IPSS ou a um Bombeiro, mas ao Padre dizem, porque dentro de casa, as telas encobrem muita coisa. As crianças andam nas prés, andam nas escolas. Os idosos não saem de casa.-----

----- **VEREADORA CRISTINA FELGUEIRAS:** -----

Relativamente às propostas de alteração daqui da composição, tenho a dizer que elas serão acolhidas, mas têm que ir à Rede Social primeiro e depois à Câmara Municipal e depois outra vez aqui à Assembleia. Portanto, se vocês não se importarem eu levo as sugestões, mas gostaria que fosse aprovado independentemente das sugestões, porque tem ainda um percurso para fazer.-

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Se for aprovado hoje, podemos na próxima Assembleia aditar o regulamento.-----

Colocado a votação o ponto número quatro da ordem do dia: **“Regulamento para a criação da Comissão Municipal de Protecção do Idoso de Alijó; Aprovação”**, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

----- Foi dada, novamente, a palavra à Senhora Vereadora Cristina Felgueiras para prestar o esclarecimento solicitado pelo senhor Deputado Cláudio Vilela. -

----- **VEREADORA CRISTINA FELGUEIRAS:** -----

O esclarecimento que o Deputado Cláudio Vilela queria era do Dr. José Maria, que eu apontei e não esclareci. O Dr. José Maria durante o Verão esteve em férias e portanto, durante as nossas reuniões de Câmara mostrou indisponibilidade para vir à reunião de Câmara e o mesmo se passou aquando do início da reunião. Na verdade, nós só reunimos de quinze em quinze dias, não é? Eu já lhe fiz chegar essa preocupação, várias vezes e já lhe pedi que, pelo menos, para a próxima ele não descursasse essa obrigação que tem também. Eu compreendo que não seja fácil ele ter a nossa agenda, mas também tem que

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



prestar essa informação e portanto penso que ele, na próxima reunião irá, pelo menos assim o disse. Está bem? -----

----- A **PRESIDENTE DA MESA** introduziu o ponto cinco da ordem do dia: **“Acordo de execução de delegação de competências nas Freguesias, previstas no n.º 1, do artigo 132.º, da lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; Aprovação”**, dando a palavra ao Senhor Vice-Presidente para se pronunciar sobre o assunto. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

Senhores Deputados, o acordo de execução de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, por força da lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, pese embora a interpretação não seja unânime, mas tudo indica que deveria estar pronto a trinta de Março deste ano. Como disse, a interpretação desta obrigatoriedade não me parece ser unânime. Mas importa referir que não foi possível, porque efectivamente foi preciso partir alguma pedra, foi preciso dar alguma formação até às Juntas de Freguesia, foi preciso que nós primeiro percebêssemos o que estava em causa. Fiz, se a memória não me falha, duas reuniões de trabalho com as Juntas de Freguesia. As Juntas de Freguesia sabiam o que estava em causa. Sabiam que competências importava delegar. Sabiam as verbas previstas em orçamento para cobrir, ou suportar essa delegação. Não foi possível efectivamente, concluir uma minuta até àquela data. Fim de Março, como referi. Mas diz o povo que tarde é o que nunca chega. Mas julgo que fizemos um bom trabalho, todos em conjunto e estou convicto que em 2015, logo em Janeiro teremos feito o trabalhinho de casa, para que a transferência se possa processar logo que haja orçamento disponível. -----

Como sabem, sempre se falou, sempre se referiu que o montante a transferir variaria em função do FEF de cada Junta de Freguesia, em função das transferências do Orçamento de Estado para as Juntas de Freguesia e o número que era apontado rondava sensivelmente os 40%. Posto isto, não era difícil a cada Junta de Freguesia prever o que iria receber, a partir do momento em que houvesse fundos. O que é que foi preciso fazer então no campo? Foi conversar com as Juntas de Freguesia. Foi-lhes pedido que priorizassem o que queriam fazer, dentro daquele leque de competências. No fundo, foi definir o montante dos trabalhos a executar, as acções a executar, ao orçamento que se previa que estaria disponível. Foi isso que foi feito. Verificou-se, no fim, que poderíamos ir



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

57

mais além dos 40% e a percentagem relativamente ao FEF que resulta para cada Freguesia cifra-se, sensivelmente, em cerca de 46%-----

Parece-me, sinceramente, e modéstia à parte, que as Juntas ficaram satisfeitas com o trabalho que foi desenvolvido e que o dirão. Importa mais uma vez frisar, como já disse no início, este acordo de execução de delegação de competências só é possível, porque houve uma receita extraordinária resultante da actualização dos valores do IMI, que permite dar corpo a este compromisso. Portanto, era isto que eu deixava aqui à consideração e à apreciação da Assembleia Municipal. É uma minuta do acordo que foi aprovado em reunião de Câmara. Vem aqui para apreciação e aprovação. Se esta Assembleia concordar e aprovar, passaremos a elaboração dos acordos individuais com cada Junta de Freguesia, para posteriormente transferir, logo de imediato, 50% dos valores que aqui estão para cada Junta de Freguesia. Era só para já, muito obrigado. -----

----- A **PRESIDENTE DA MESA** abriu período de inscrições, tendo-se inscritos os Senhores Deputados Domingos Henriques, João Vilela, Luís Lameiras, Filomena Nogueira, Aurelina Carvalho, Vítor Sequeira, Telmo Pinto e Cláudio Vilela. -----

----- **DEPUTADO DOMINGOS HENRIQUES (PS):** -----

Por motivos de Assembleia de Freguesia, que tenho marcada para as 19h, eu pedia licença para me retirar, se não se importassem. Muito obrigado. -----

----- Autorizada a saída do Senhor Deputado Domingos Henriques, foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Vilela. -----

----- **DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD)**-----

Gostaria em primeiro lugar de dizer que entendo, pessoalmente, que esta medida peca por tardia. Que não compreendo e não consigo entender qual foi o resultado do trabalho proporcionado pela equipa de trabalho que foi criada para estudar as necessidades das Freguesias e aliás volto a reforçar o pedido que já fiz ao Senhor Vice-Presidente, no sentido de ainda ser possível facultar o tal documento, se ainda possível hoje, agradecia. Acho que era importante termos consciência e noção disso. E depois, eu referi aqui na Assembleia Municipal de Abril, que era importante que as Freguesias, tendo em conta todas as contingências financeiras e os problemas que a grande maioria delas têm, se não todas, juntando a isso os processos em contencioso, que era importante

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

58

facilitar-lhes a vida, no sentido de que rapidamente fossem transferidas as verbas que estariam em orçamento. É certo que estamos perante um novo decreto-lei relacionado com esta questão, portanto, uma medida totalmente nova. Era preciso enquadramento. Era preciso perceber como é que isto iria funcionar, mas parece-me exagerado, nove meses para chegar a esta conclusão e ainda mais a atribuição dos 45% do FEF, que é na generalidade, igual para todos. -----

Parece-me ainda importante que em vez de ser Janeiro ou Fevereiro do próximo ano, acho que sendo o orçamento aprovado rapidamente, que ainda este ano se comece a desenvolver medidas para que rapidamente no início do ano as Juntas de Freguesia possam ter alguma verba disponível. Acho que é importante a acção das Juntas de Freguesia e acho que elas devem ser dotadas financeiramente para que possam trabalhar. -----

Aqui aparece na ordem do dia que isto é para aprovação. Eu tenho aqui uma dúvida. A alínea k), do artigo 24.º, refere o seguinte «autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado e entre a Câmara Municipal e a Comunidade Intermunicipal e autorizar a celebração e a denúncia de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia». O que diz é autorizar e não aprovar. -----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** -----

Independentemente da explanação que nos fez aqui o Senhor Vice-Presidente, relativamente a esta matéria, eu julgo que seria importante auscultarmos alguns dos Presidentes de Junta aqui presentes, para sabermos o que é que eles têm a dizer acerca desta matéria, o que é que eles pensam, nomeadamente podiam falar acerca de algumas questões, por exemplo se estão de acordo com este processo, se do ponto de vista deles foi feito algum estudo no sentido de apurar as reais e efectivas necessidades de cada uma destas Freguesias e portanto, sabermos também se concordam com as verbas que estão destinadas a cada uma destas Freguesias. Gostaria de solicitar essa intervenção por parte de alguns Presidentes nesse sentido. Obrigado. -----

----- **DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA (PS):** -----

Sobre o acordo de execução de delegação de competências nas freguesias, só me resta dizer obrigada ao Executivo, pela transferência de uma verba, embora

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Daslumbrante Património Natural

69
[Handwritten signature]

pequena e tardia, para todas as Freguesias do Concelho. Mas, tal como muito bem disse o Senhor Vice-Presidente da Câmara, este protocolo de execução tinha de ser feito nos primeiros 180 dias após a tomada de posse. Como não foi eu pergunto, será ele legal? Estaremos a cumprir a lei? Era só. Muito obrigada. -

----- **DEPUTADA AURELINA CARVALHO (PSD):** -----

Eu venho na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alijó felicitar o Executivo permanente pela forma como conduziu o processo de elaboração dos acordos de execução, nomeadamente na realização de reuniões de esclarecimento, portanto atendendo à entrada da nova lei, da 75/2013, na realização de várias reuniões de trabalho e na criação de uma equipa multidisciplinar que reuniu com os vários Presidentes de Junta, onde cada Presidente de Junta sinalizou as suas prioridades. E queria também salientar a forma como essa verba, os 240 mil euros, vão ser transferidos para as Juntas de Freguesia, que vão ser transferidos em igual percentagem para as catorze Freguesias. É só. -----

----- **DEPUTADO VÍTOR SEQUEIRA (PSD):** -----

Eu, na qualidade de Presidente da Junta da Freguesia de Favaios, queria também felicitar o Executivo por ter disponibilizado estas verbas, que no nosso entendimento, se calhar, foi encontrado o método mais justo, ou que pelo menos em que as mais pessoas ficarão de acordo, embora achemos, e eu particularmente acho, a verba, no que diz respeito a Favaios, um pouco reduzida mediante as responsabilidades e às infra-estruturas e etc. que temos que manter. Mas não posso deixar aqui de dizer que nesta matéria, este Executivo tem um avanço muito significativo, porque eu tive reunião de Assembleia de Freguesia ontem e em que ficou bem claro e em que os Deputados que tenho a honra de ter, pertencentes ao Executivo anterior e que manifestaram, e também queria dizer aqui, que essa Assembleia manifestou bastante agrado pela celeridade que, gostaríamos que tivesse sido mais, mas logo no primeiro ano ficar estipulado a verba com que podemos contar e ser assim dividida pelos quatro anos, pelo que me dá, ou pelo que julgo saber, não acontecia no passado. E isso acho que é motivo de satisfação no que me diz respeito. Portanto, o meu muito obrigado ao Executivo. -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

60

De facto, já muito aqui foi falado. De facto é positivo que sejam feitas as transferências para as Juntas de Freguesia, no entanto eu questiono o critério. De facto, quem escolhe critérios eu sei que nem sempre se escolhe um critério que agrade a toda a gente, mas temos que escolher o critério mais justo. Eu penso que neste ponto, o Executivo escolheu o critério mais simples. Foi, pega-se no FEF e dá-se quarenta e tal por cento do FEF a cada Freguesia. Agora, na minha opinião, é injusto porquê? E aqui está a prova de que a agregação de Freguesias foi um erro cometido pelo Governo. Porque daí é que vêm as injustiças e todos nós podemos olhar no mapa a distribuição, eu nem preciso de referir nomes de Freguesias e vimos que o critério não é justo, porque causa para Freguesias mais pequenas valores mais elevados do que para as freguesias maiores. Aí é que está o cerne da questão. No meu entender, este método é injusto e cego, porque temos que ver as necessidades de uma Freguesia e as necessidades de outra Freguesia. Já por si, os valores são reduzidos, mas pronto, isso é aquilo que se pode arranjar, mas se fosse um método mais justo podia-se se calhar dar oportunidades a outras Freguesias que não vão ter tanto dinheiro disponível e se calhar têm mais lacunas e mais carências e mais assuntos para resolver. -----

Depois, e isto é a minha opinião, quanto às Freguesias, é claro que as Freguesias acolhem isto como uma boa iniciativa, porque se não estão habituados a receber nada, vão receber alguma coisinha, quem serão eles para dizer que não, não é? Mas no fundo, isto também acaba por diminuir a autonomia das Freguesias que passam a estar sob a tutela da Câmara Municipal. Quem está no poder, exerce uma tutela e inclusive, pelo que eu me apercebi do acordo, só vão ser feitos pagamentos depois de apresentarem as facturas. Às vezes, há pequenas obras que já estão feitas, que é preciso pagar e etc. e se não apresentarem facturas não vão ter, não é? Portanto, é só isto, o acordo pressupõe num método injusto de distribuição, que causa discrepâncias em termos das Freguesias. Era só, muito obrigado. -----

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** -----

Relativamente a este assunto, duas ou três considerações que eu julgo pertinentes referir. Primeiro congratulo-me com a medida, até porque, e se repararem na acta da sessão anterior, foi apresentada pela bancada do Partido Socialista uma Moção, em que pede, quase que exige e solicita ao Executivo Camarário, a elaboração deste protocolo e as respectivas transferências para as

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

67

Juntas de Freguesia. E fico satisfeito, porque tarde, como disse o Senhor Vice-presidente, tarde é aquilo que nunca vem. Contudo, há esse pecado. Não é mortal, mas nota-se que as Juntas de Freguesia têm vivido momentos muito difíceis e prende-se fundamentalmente por falta de recursos financeiros para acudir a tudo aquilo que é solicitado a cada Junta de Freguesia em particular. ---

Outra nota que eu gostaria de referenciar tem a ver com o seguinte: tal e qual como o Deputado Cláudio Vilela referenciou é evidente que eu tive conhecimento que houve uma comissão de trabalho no sentido de ver e priorizar os serviços que cada Junta de Freguesia teria em particular, no sentido, e entendi eu, de procurar ser o mais justa possível na distribuição de verbas, fosse o valor global de 240, 200 ou 300 mil euros. Não era isso que estava em causa, era a forma como o valor a transferir para cada Junta de Freguesia. A verdade é que tal e qual o critério que foi adoptado para distribuir esta mesma verba não teve em consideração, porventura, esse trabalho feito, porque nós sabemos que cada Freguesia tem a sua especificidade, tem as suas características próprias, tem o seu território, tem a sua população. Agora, é evidente que foi o critério mais simples. É uma percentagem para todos eles, em função do FFF e enfim, ficamos de bem com todos e não temos que ouvir na Assembleia Municipal, o Presidente A, ou B, ou C, a dizer que a Freguesia A, B, ou C tem mais verba do que a sua própria Freguesia. A verdade é que criou aqui alguma injustiça. E criou aqui alguma injustiça porque há, pelo menos, na base de cálculo, três Freguesias, que se tratam de União de Freguesias, que o FEF está alterado precisamente pela contingência que obrigou à união de Freguesias. Portanto, este não é o verdadeiro FEF destas três Uniões de Freguesias. Será, porventura, no próximo mandato quando for considerada a fórmula que é atribuída às Freguesias existentes que não foram alvo de agregação. -----

A terceira nota que eu gostaria de referir sobre este assunto é o seguinte: os Senhores Presidentes de Junta podem ficar tranquilos e fica sempre bem prestar um agradecimento à Câmara Municipal, esta ou qualquer Câmara Municipal, quando transfere dinheiro para as Juntas de Freguesia. Mas isto não é um favorecimento. Isto não é uma compensação. Isto não é uma vontade, digamos, solidária, para com as Juntas de Freguesia. Isto é uma exigência para uma Câmara que quer que as suas Freguesias progridam, se desenvolvam e que principalmente o poder local possa acudir a muitas situações que infelizmente

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

62

as Câmaras Municipais não podem acudir. Portanto, é nessa perspectiva, é muito bom receber dinheiro, mas aumenta as responsabilidades dos Senhores Presidentes de Junta e de todos os Executivos das Juntas de Freguesia relativamente às tarefas que têm que desenvolver. Obviamente que é muito mais fácil ser Presidente de Junta numa Freguesia que tem umas verbas que venham da Câmara Municipal, mas atribui-lhes mais responsabilidades e provavelmente algumas delas, devido a este desfasamento de verbas a transferir, vão ter mais dificuldades do que outras, que porventura a verba é muito superior e se calhar os gastos são muito inferiores. -----

Só para referir o seguinte: não sei qual é a fórmula, qual é o método de transferência. Não sei quais são os critérios inerentes ao mesmo. Contudo, acredito que os Senhores Presidentes de Junta, assim como o Executivo Camarário salvaguardaram essas posições e o processo vai-se desenvolver com normalidade. Espero e desejo isso. Muito obrigado. -----

----- A **PRESIDENTE DA MESA** questionou se o Executivo Camarário gostaria de prestar mais algum esclarecimento. Pediu um minuto para que a Mesa verificasse se efectivamente se tratava de uma autorização para ser aprovada em minuta para efeitos imediatos. Após consulta da legislação a Mesa constatou que nos termos do artigo 25.º, n.º 1.º, alínea k), da Lei 75/2013, não se trata propriamente de uma aprovação, mas sim de uma autorização para a celebração destes contratos. O que tinha sido requerido é que aquela autorização fosse deliberada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Relativamente à questão colocada sobre a legalidade deste processo por ter ultrapassado o prazo de 180 dias, a Senhora Presidente confirmou que os contratos seriam válidos. Informou, ainda, que não existia na lei qualquer sanção caso a Câmara não fizesse esses contratos. -----

Colocou à votação o ponto cinco da ordem do dia: **“Acordo de execução de Delegação de Competências nas Freguesias, previstas no n.º 1, do artigo 132.º, da lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro”**, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com vinte seis votos a favor, seis abstenções e um voto contra. ----

Deu a palavra ao senhor Deputado Gerardo Sousa para justificar o seu sentido de voto. -----

----- **DEPUTADO GERARDO SOUSA (PS):** -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

63

Quero justificar o meu sentido de voto que é contra, porque isto não serve os interesses da minha Freguesia. Portanto, as Freguesias maiores são as que menos recebem. O trabalho feito pela equipa foi anulado pelo critério dos 45%. Foram ao terreno, não sei se viram se havia caminhos, se havia escolas, se não havia, a percentagem foi a mesma, portanto, neste sentido, eu estou contra. Tenho consciência também que vou ter que assinar o acordo, assim que a Assembleia de Freguesia o aprovar, mas isso é outra história. Acho que não entro em contradição. Sou contra de qualquer forma. É tudo.-----

-----A **PRESIDENTE DA MESA** introduziu de seguida o ponto seis da ordem do dia: **“Relatório semestral elaborado pelo Auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município de Alijó; Conhecimento e apreciação”**, tendo perguntado ao Senhor Vice-Presidente se queria pronunciar-se sobre o assunto. Não o querendo fazer, abriu inscrições para que os senhores Deputados se pronunciassem, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Telmo Pinto. -----

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** -----

Tratando-se de um documento que é apenas só meramente informativo, acho que há aqui duas ou três notas que eu não poderia deixar passar, de referir, atendendo também àquilo que tem sido veiculado pela Câmara Municipal, pelo Executivo Permanente, relativamente àquilo que têm sido as contas desta Autarquia. E para ser o mais sintético possível eu só vou ler aqui dois parágrafos relativamente àquilo que é a informação do Revisor Oficial de Contas, Revisor este que é o novo Revisor Oficial de Contas, penso eu, já contratado pelo actual Executivo. -----

Da síntese económica vou referenciar aqui apenas dois parágrafos, que é o primeiro e o segundo, que tem a ver com os indicadores económicos que foram destacados pelo ROC. E o que é que referencia? Uma diminuição de 4,06% nas transferências e subsídios obtidos. Vou deixar de falar no número, penso que toda a gente tem acesso ao documento e ao aumento de 33,9 nos impostos e taxas recebidos face ao período homólogo do exercício transacto. É importante referenciar este aspecto. -----

Segundo, verifica-se um resultado líquido do exercício de um milhão seiscentos e catorze mil euros, o qual representa um decréscimo de 6,51% comparativamente aos resultados líquidos observados em 31 de Junho de 2013,

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

64

resultante essencialmente de um aumento custos, em 9% e de um acréscimo de proveitos em apenas 3,66%. Vou-me reservar a fazer comentários políticos relativamente a isto. -----

Da síntese financeira, que é umas páginas mais à frente, três parágrafos. Decréscimo de 0.09% no activo líquido e de 6,7 no passivo face ao período findo em 30 de Junho de 2013. Um decréscimo. -----

Terceiro parágrafo. Verifica-se um fundo de maneiio líquido negativo de três milhões trezentos e setenta mil euros e um equilíbrio financeiro de três milhões e sessenta e dois mil euros. Do fundo de maneiio necessário que equivale a fundos disponíveis. Continuamos com três milhões de fundos disponíveis. -----

Último parágrafo. As dívidas a terceiros totalizam vinte milhões e seiscentos mil euros, resultante essencialmente de empréstimos obtidos no valor de treze milhões e oitocentos mil euros e de dívidas a fornecedores no montante de quatro milhões de euros. Treze com quatro dá dezassete. O ROC já não considera aqui os três milhões de fundos disponíveis. -----

Portanto, a dívida totaliza dezassete milhões de euros, longe daqueles números que nos foram apresentados em tempo conhecido. Tenho dito.-----

----- **PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA:** Dada a ausência temporária da Senhora Presidente, introduziu o ponto sete da ordem do dia: ***“Relatório de Despesa com aquisição se serviços com compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica dada por deliberação da Assembleia na Câmara Municipal, de 13 de Novembro de 2013; Conhecimento”***. Questionou o senhor Vice-presidente se queria dizer alguma coisa sobre este ponto. Não o querendo fazer questionou de seguida os Senhores Deputados no mesmo sentido. -----

Não havendo nenhuma inscrição introduziu o ponto oito da ordem do dia: ***“Reestruturação orgânica, competências das unidades orgânicas e regulamento dos cargos de direcção intermédia de 3.º grau; Aprovação”***. Deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

Senhores Deputados, é presente aqui pelo Executivo, uma proposta de reorganização orgânica dos serviços da Câmara Municipal, fruto da experiência

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



de quase um ano de governação do Município, que permitiu perceber até que ponto o modelo por nós proposto no final do ano passado respondia, ou não, àquilo que o Executivo pensa que é a melhor forma de resolver os problemas que se colocam ao Município. -----

Foi proposta em reunião de Câmara. Foi muito discutida em reunião de Câmara, verdade se diga. Parece que tem sido muito discutida nos corredores, nas ruas. É verdade que não tem sido passada a mensagem correcta, a meu ver, e então vou tentar focar-me naquilo que é essencial. Deixo de lado o que é supérfluo. ---

Este modelo de reestruturação orgânica prevê cinco unidades flexíveis. Tínhamos no anterior modelo quatro unidades, quatro divisões, que também são unidades flexíveis, passamos agora a ter cinco unidades flexíveis. É verdade que há o aumento de uma unidade flexível, mas é uma unidade flexível de terceiro grau. Passamos a ter uma estrutura mais flexível, mais ágil, eu estou única e simplesmente a resumir aqueles que me parecem ser os argumentos fundamentais, os motivos fundamentais, que levaram este Executivo a propor esta reestruturação. -----

Queremos dar oportunidade a pessoas jovens do Município, com capacidade de trabalho, com vontade de sacrifício, com vontade de mostrarem aquilo que sabem fazer e aquilo que valem. Importa aqui referir que este modelo não representa, contrariamente àquilo que tem sido propagandeado, e permitam-me adjectivá-lo assim, não representa um acréscimo de custos, muito pelo contrário, representa relativamente à situação que vinha do passado uma economia mensal de cerca de sete mil euros, mensal, repito, de cerca de sete mil euros. -----

Tudo o que vem abaixo das unidades flexíveis é legítimo considerá-las subunidades e elas totalizam vinte e duas. Este número alarmou muita gente. Alarmou muita gente porque de imediato se fez passar a mensagem errada, repito, de que iríamos ter vinte e dois coordenadores. E portanto, mais um acréscimo de custos. Pura mentira. Os coordenadores do Município de Alijó são oito, estão no topo da sua carreira, é com esses que vamos governar e são esses que, de forma fixa ou de forma rotativa, ocuparão estas subunidades. Isto permite o quê? Permite ao Executivo, se em dado momento entender que é necessário suprir uma falta, ou coordenar, deslocar um coordenador de uma subunidade para outra subunidade, porque fará mais falta naquela subunidade, fazê-lo. Portanto, promove a mobilidade. Promove uma certa competição

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

66

interna, saudável, acho que é saudável e portanto não vejo aqui nenhum bicho-de-sete-cabeças. Isto são, de antes chamavam-lhe sectores, isto são verdadeiras subunidades, que poderão ser, ou não, coordenadas por um dos oito coordenadores que o quadro do Município contém. Ninguém vai ser promovido a coordenador de forma forçada só para vir ocupar estas subunidades, de forma alguma, agora, elas ficam previstas de forma a que possibilite alguma agilidade de actuação ao Executivo, caso se verifique essa necessidade. -----

Foi exactamente o contrário da mensagem que foi transmitida por aí. Isto levou pessoas a fazer juízos de valor muito díspares da verdadeira realidade, das verdadeiras intenções do Executivo, porque as intenções do Município são tão-somente estas que eu referi e mais nada. Tenho dito. -----

----- **A PRESIDENTE DA MESA** abriu período de inscrições, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Luís Lameiras, Telmo Pinto, João Vilela, Filomena Nogueira, Cláudio Vilela e Laureano Guedes. -----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** -----

Ora bem, relativamente a esta nova reorganização eu tenho aqui a tecer algumas considerações que me parecem bastante importantes. Então, devo dizer que na passada sessão de 30 de Dezembro de 2013, o Senhor Vice-Presidente veio fazer uma explanação para explicar o porquê dessa nova reorganização. E logo na introdução diz o seguinte, portanto, é um excerto que eu não resisto a citar aqui, diz o seguinte *«este Executivo Permanente, mais do que dar importância ao umbigo de quem quer que seja e às capelinhas, está empenhado e seriamente empenhado, em dotar o Município de uma estrutura organizacional capaz de responder às exigências que se adivinham»*. E disse também que, essa reorganização, tinha a ver com uma visão estratégica, com ambição, com arrojo, com rigor, com cooperação entre os serviços enfim, uma panóplia de explicações para fundamentar esta reorganização. -----

E na base dessa nova reorganização três pilares fundamentais, a saber, já várias vezes aqui repetido: eficiência, eficácia, economia. Nessa altura não existia nenhum estudo relativamente a esta nova reorganização, porquê? Porque aos Deputados e aos Vereadores da oposição não lhes foi facultado quaisquer tipos de documentos para fundamentarem essa nova reorganização. E, apercebendo-se disso, foi então que o Executivo permanente do PSD resolveu apresentar a tal explanação, nessa dita sessão e fez chegar a todos os presentes nessa

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

67

Assembleia essa tal explicação. Depois, como se apercebeu dessa situação, fez então chegar a cada um dos presentes aquela situação. -----

E portanto, na altura, essa reorganização passou de cinco para quatro divisões. E agora, com esta reorganização, que está aqui em discussão, passa novamente de quatro para cinco divisões. E de seis subdivisões para vinte e duas subdivisões. Pois bem Senhor Vice-Presidente, o tempo veio-me dar razão, porque passados nove meses, os senhores já estão a mexer novamente na organização dos serviços da Câmara. Portanto, é prova provada, de que o tal pretenso estudo que tinha sido realizado, não foi estudo nenhum, porque se ele tivesse sido feito, se ele tivesse sido fundamentado, não chegavam a esta altura do campeonato e não estariam novamente a mexer na reorganização. -----

Depois, há aqui uma coisa, que eu por mais voltas que dê, por mais exercícios que eu faça à minha cabeça, não consigo perceber isto e gostava que o Senhor Vice-Presidente me explicasse, que é para eu conseguir perceber. Dos cinco chefes de divisão, quatro irão ser de terceiro grau. Ou se não são quatro são três e um deles é de terceiro grau. Pronto. E há um deles que é de segundo grau. Portanto, numa primeira análise, numa primeira perspectiva, aquilo que salta à vista dos olhos, digamos assim, é que há aqui uma discriminação entre os chefes de divisão, ou seja, uns são considerados de primeira, outros de segunda e até de terceira. -----

Depois, queria dizer este processo, esta diferenciação entre os chefes de divisão, não irá provocar desconforto, descontentamento entre os próprios chefes de divisão? A não ser que, por exemplo relativamente ao chefe de segundo grau lhe seja reconhecido pelos seus pares três predicados que as divindades têm, que é a onnipresença, a onnipotência e a onisciência. Ora, se de facto eles reconhecerem estes três predicados, penso que esta questão fica então sanada. No meio deste processo todo, pergunto se não há injustiças, se não há discrepâncias e por aí fora. Para já era aquilo que eu tinha a dizer. -----

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** -----

Duas ou três referências relativamente a este documento. Uma delas tem a ver um pouco com aquilo que acabamos de ouvir do nosso Deputado Luís Lameiras, mas nunca é demais referenciar este aspecto. É que na verdade, há nove meses atrás, foi-nos plasmado nesta Assembleia, uma estratégia relativamente aos serviços municipais, à estruturação do quadro do pessoal da

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

68

Câmara Municipal. E foram tecidos alguns considerandos relativamente à flexibilidade, à agilidade, à eficácia que, passados nove meses, isto a repetir já, pelos vistos, foram palavras que o vento levou. É necessário mexer novamente na estrutura orgânica da Câmara. -----

Contudo, há aqui algo que eu ainda não percebi muito bem. E um tem a ver com este milagre de poupança de sete mil euros mensais, disse senhor Vice-presidente, sete mil euros mensais. Eu ainda não percebi muito bem isso. Não sei se está a referir-se ao período homólogo do ano passado, ou em relação à actual estrutura orgânica da Câmara Municipal. Mas tenho alguma dúvida relativamente a esta poupança. -----

Depois, ia sugerir, ou ia propor aqui à Mesa, o seguinte e porque é disto que se trata, de pessoas e de pessoas que pode ser ferida alguma sensibilidade ou algumas sensibilidades, eu ia propor à Mesa, de que este ponto e os subsequentes, que estão todos interligados, os mesmos fossem submetidos a escrutínio secreto. Em voto secreto. Pensamos que possam haver aqui conflitos de interesse. Mais uma vez referencio, há pessoas envolvidas, embora elas não estejam cá, mas nós sabemos que elas existem e isto, os cargos são criados para as pessoas, portanto, não é para ficarem vazios e faço esse apelo e esse pedido à Mesa da Assembleia, para que este ponto e aqueles que se seguirão serem votados por voto secreto. Tenho dito. -----

----- **DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD):** -----

Muito rápido e relativamente a este ponto, eu vou falar em nome pessoal, não em nome do grupo municipal. Este ponto deixa-me imensas reservas. Acho que houve alguma precipitação da parte do Executivo. Acho que esta questão não foi devidamente ponderada e há enormes dúvidas que subsistem e que deixam questões por esclarecer, isto na minha opinião. E portanto, nessa circunstância e mediante estas dúvidas, não estou plenamente consciente de que este seja o modelo ideal e que seja melhor do que o anterior, pelo menos no momento actual e volto a referir que parece-me que isto foi completamente precipitado.--

----- **DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA (PS):** -----

Apenas vou fazer uma pergunta muito concreta. Consta-se que o senhor Dr. Luís Carvalho, chefe de divisão administrativa e financeira foi destituído. É verdade Senhor Vice-Presidente? Posso saber porquê? Muito obrigada.-----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

69

Antes de mais, penso que a Assembleia Municipal tem que ser devidamente esclarecida e este foi o motivo pelo que a Assembleia se realizou hoje, porque teve que se realizar uma reunião de Câmara extraordinária, porque pelo aquilo que me consta, houve documentos que não chegaram, na conferência de líderes disseram-me que os documentos que chegaram atrasados e eu fiquei com dúvida, não sei o que é que se passa, pelo que, antes de mais, eu quero interpelar os Senhores Vereadores da oposição, nomeadamente os senhores Vereadores António Fernandes e Miguel Rodrigues, sobre se de facto os documentos foram ou não foram enviados? Em que tempo foram? Se foram atrasados, o que é que se passou? Porque tudo isto condicionou a vida das pessoas, porque havia pessoas que tinham marcado a Assembleia para o dia vinte e seis, tinham pedido o dia de trabalho aos patrões e hoje tiveram que fazer o mesmo. Isto condicionou logo tudo e condicionou esta situação. -----

Depois disso, já aqui foram feitas muitas considerações, mas nunca é demais reforçar. É verdade, o Senhor Vice-Presidente há pouco disse qual era a intenção dele. Mas nós também sabemos quais são as verdadeiras intenções, quanto à criação das subunidades. Se elas são seis vão passar a vinte e duas. Eu sei perfeitamente que não vai haver, não podem ocupar todas as vinte e duas subunidades porque, no mínimo, cada subunidade precisa de dez funcionários debaixo da pessoa que ocupa esse lugar. Portanto, a Câmara Municipal não pode suportar esse número, de facto, mas a verdade é só uma, na minha opinião, isto visa controlar os funcionários da Câmara Municipal. Visa dizer, vocês têm aqui as unidades abertas. Portam-se mal são destituídos. Vão ser ocupadas por outros. E já fica ali o lugar criado. Vão ser substituídos por outros que vão ocupar outros lugares. -----

Depois, de facto, e também já aqui foi falado. É a segunda vez que este Executivo em menos de um ano mexe na estrutura da Câmara. Dá-me a entender, no meu humilde ponto de vista, que há um ano atrás o Executivo fez o modelo e não ficando logo satisfeito, que andam há um ano preocupados com a mudança de cadeiras. Em vez de se preocuparem com outras situações importantes para a gestão do Município, a preocupação é apenas gerir pessoas e gerir questões pessoais. De facto, é complicado classificar a estrutura da Câmara anterior do anterior Executivo do PS, de pesada e gorda, mas passado um ano voltam ao mesmo número. Cinco. Eles tinham cinco. Passaram a quatro. Agora voltam a cinco. Na altura, juntaram a divisão administrativa e financeira.

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

70

Agora separam as obras e o urbanismo, no momento em que nós sabemos que não há obras. -----

Depois e isto acima de tudo, não se compreende a divisão, de facto não se compreende a separação entre divisões de segundo grau e terceiro grau. Será que este chefe de divisão de segundo grau vai ter a colaboração dos outros chefes de divisão de terceiro grau, porque está tudo interligado, e que isto vai de facto resultar num benefício para a Câmara Municipal? Porque nós sabemos que além das pessoas também estão números e neste caso estão vencimentos e são vencimentos muito díspares. Também é uma questão de dignidade. Será que a divisão administrativa e financeira tem mais dignidade que as outras divisões, pergunto eu? Estou a concluir Senhora Presidente, estou a concluir. --

Portanto, depois disso e para concluir, isto é de facto um acto político e que o Executivo Municipal quer passá-lo para a responsabilidade da Assembleia Municipal. Eu há pouco pedi o esclarecimento dos Senhores Vereadores sobre aquela situação do mapa de pessoal, de facto tenho muitas dúvidas, mas também há um outro esclarecimento a fazer, que isto é um ponto demasiado importante. Aliás, é um ponto que já estamos há muitas horas na Assembleia Municipal e que podemos correr o risco de estarmos com pressa de ir embora e deixarmos isto por discutir. É demasiado importante para se deixar alguma coisa por discutir. Neste momento também quero interpelar os senhores Vereadores da oposição, nomeadamente os senhores Vereadores António Fernandes e Miguel Rodrigues, porque eles votaram contra na reunião de Câmara e quero saber quais os motivos que os levaram a fazer isso. Muito obrigado.-----

----- **DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS):** -----

Eu estou perante uma situação deveras complicada, melhor dizendo, complexa, por uma razão óbvia, que eu estou aqui a assistir realmente a um debate, onde se discutem problemas inevitavelmente de pessoas e eu gostaria também de tratar mais a competência das pessoas, do que propriamente a natureza que só se liga aos postos de trabalho, que é inevitável que estejam em causa. Não sei raciocinar verdadeiramente sobre ainda o que se está a processar. Eu só tenho como referência aqui, uma situação que o Movimento MAIS possivelmente através de enfim, de um desencontro de Vereadores do mesmo Movimento, em que me leva a ter a tentação, para me esclarecer a mim, sobretudo, e se calhar a própria Assembleia, de ouvir as razões do voto contra, neste caso do Dr. Miguel

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

77

Rodrigues e a minha ideia é que houvesse um Vereador do executivo, que aqui com certeza não estará, não sei se estará presente, por exemplo, o Vereador João Manuel, deveria estar, eu gostaria que ele dissesse alguma coisa, mas não estando, eu atrever-me-ia e enfim, com o devido respeito, gostava também que o Vereador Adérito Figueira, se tiver, se tiver vontade de o fazer, esclarecer-nos realmente esta situação. É uma situação complexa, mas estas duas oposições, para mim, eram situações em que, de certeza, far-se-ia luz nesta Assembleia. ---

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

Começaria, se calhar, por responder ao senhor Deputado Luís Lameiras, que mais uma vez refere as vinte e duas subunidades. O Senhor Deputado com certeza que tem aí a estrutura orgânica anterior e pode comparar, acho que elas até baixaram, pese embora a Assembleia tivesse fixado efectivamente seis subunidades, aquilo a que eu agora chamo de subunidades, ou apelido de subunidades, já existiam no organigrama anterior, chamavam-se sectores. Julgo que até houve uma redução se a memória não me falha. Volto a referir aquilo que acho essencial, a criação, se assim o quiserem, destas subunidades. São efectivamente subunidades, que não serão obrigatoriamente preenchidas em simultâneo, nem têm que ser, como lhe disse só temos oito coordenadores. Injusto era o que se passava anteriormente. Explico porquê senhor Deputado. A Câmara já tinha oito coordenadores e sabe que só havia seis subunidades. Acha que os outros dois coordenadores se sentiam realizados, se sentiam confortáveis e felizes? Acha que não deve ser dado o direito ao coordenador de coordenar efectivamente? -----

Relativamente à discriminação, o Senhor Deputado sabe, todos sabemos, noutras Câmaras de outra dimensão, se calhar em Vila Real, por exemplo, há a figura do director de departamento, que por acaso, ganha mais do que o presidente da câmara. E depois há os chefes de divisão. E depois há os chefes de subunidades de terceiro grau. São graus diferentes. A nossa Câmara também comporta um director de departamento e se calhar podíamos tê-lo, mas achamos que não se justifica. Aí sim, se calhar seria uma medida despesista. Ter outro presidente da Câmara. Um segundo presidente da Câmara. Aliás ganha mais do que o Presidente da Câmara. -----

Achamos que é, repito. Há economia efectivamente de cerca de sete mil euros, senhor Deputado Telmo, seis mil e oitocentos, ou seis mil e setecentos euros. Promove uma certa competição interna, volto a dizê-lo. Aliás, estes lugares

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



serão providos por concurso. As pessoas concorrem se quiserem. Se não gostarem dos níveis de vencimento, não concorrem. Mas eu acho que eles são agradáveis. Reportam-se ao quinto escalão da tabela de vencimentos da administração pública. São cerca de mil e oitocentos e qualquer coisa euros. Portanto, discriminação não, senhor Deputado, não vejo, senão ela existe em todas as Câmaras, como deve compreender. -----

Relativamente à gestão, julgo que foi o senhor Deputado Cláudio Vilela que afirma que este Executivo que se entretém na gestão de questões pessoais. Por amor de Deus. Acho que é impensável querer mudar e não permitir que nada mude. Isso é que eu acho que é inaceitável. E no fundo é nesse papel que nos estão a colocar. -----

Ainda relativamente às subunidades, a Lei 12-A de 2008 dizia assim «a previsão nos mapas de pessoal de postos de trabalho que devam ser ocupados por coordenadores técnicos, da carreira de assistente técnico, depende da existência de unidades orgânicas flexíveis com nível de secção, ou da necessidade de coordenar pelo menos dez assistentes. Ou da existência da subunidade, ou da necessidade de coordenar dez» É ou não e. Mas esta lei foi revogada. Mas engraçado, que este artigo manteve-se na nova lei, que é a Lei 35/ 2014, que diz exactamente a mesma coisa, não muda nem uma vírgula. Portanto, depende única e exclusivamente da sua criação, em termos do mapa, ou da necessidade de coordenar dez pessoas, dez assistentes. Nada mais do que isso. -----

Efectivamente o senhor Dr. Luís Carvalho foi exorado com efeitos a 31 de Julho. Eu expliquei isso na reunião de Câmara. Pode com certeza consultar. O Executivo entendeu que se foram acumulando uma série de situações que não deveriam continuar. Eu falei aqui há bocadinho, na minha intervenção, naqueles reportes financeiros à Direcção Geral das Autarquias Locais, que chegaram a cinquenta. A falta de alguns desses reportes obrigava a reter verbas do FEF do Município. Havia alguns deles desde 2009. E já nessa altura o Dr. Luís Carvalho era chefe de divisão. Não obstante as insistências do Executivo para suprir essas faltas, elas não eram supridas e corríamos uma série ameaça, um sério risco de essas retenções não serem reembolsadas para o Município. Ameaças escritas por parte da DGAL. Essa era uma das situações. Mas há outras situações. Eu não queria entrar por aqui porque acho melindroso, sinceramente, mas do foro técnico, dívida mal registada, por exemplo. Dou um

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



exemplo muito curto, nem vou concretizar, mas só um exemplo no abstracto, só, digamos, para representar o que se passava, em diversas situações. Imagine que o Município tinha uma dívida de quinhentos mil. Dívida global a um fornecedor de quinhentos mil. E havia um acordo de execução para pagamento dessa dívida, imagine vinte e cinco mil euros por mês, certo? A dívida era registada não pela totalidade dos quinhentos mil, porque era esse o valor real da dívida, era esse, mas sim pela mensalidade, pelo valor mensal, o que obviamente falseava as contas, falseava entre aspas. O que era registado era a prestação mensal e não o valor global. E cada mês estava a ser registada a mensalidade que o Município tinha que dar. Havia toda a parte restante que não era registada, que não contava como dívida. Mas efectivamente, ela existe. Muito simples, um simples exemplo. Situações destas, mas havia mais situações que eu não vou falar nelas, dei este exemplo no abstracto, só para que fique claro que não foi questão nenhuma pessoal que nos moveu contra o Dr. Luís, é uma pessoa de quem sou amigo, de quem gosto, gosto, conheço. Quando veio para o Município eu já cá estava. Trabalhei com ele. Mas estas coisas, na vida, é assim. Muito obrigado. -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** -----

Este esclarecimento do Senhor Vice-Presidente leva a outra questão, porque de facto, o Dr. Luís Carvalho, no anterior organigrama foi promovido, no fundo. Então, quer dizer, já vem desde 2009 e nomeiam-no chefe da divisão administrativa e financeira. Portanto, não se compreende que passado alguns meses, que depois apareça isto tudo. É só isso muito obrigado.-----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** -----

A minha questão e a minha dúvida relativamente ao chefe de segundo grau e aos chefes de terceiro grau é que carece de fundamentação. Não há qualquer fundamentação relativamente a esta matéria. Mas o cerne desta questão, volto a frisar, tem a ver com o facto de há nove meses atrás ter sido feita uma reestruturação, baseada em tudo aquilo que eu há pouco disse e que não vou voltar aqui a referir e passados nove meses há uma nova reorganização. Ora, a julgar por aquilo que se passou relativamente à anterior reorganização, daqui por mais uns meses, se calhar nove meses, vamos estar a discutir aqui nesta Assembleia, mais outra reorganização. Pelo andamento que este processo está a ter, tudo leva a crer que isso venha a acontecer. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

74

----- **PRESIDENTE DA MESA:** -----

Como há dois tipos de interpelações, uma sobre o envio dos documentos - eu não sei quem é que assiste o Executivo camarário, se é o Dr. Jorge Laiginhas, se é o Dr. João Areias quem envia os documentos - eu ia-lhes perguntar a eles, mas uma vez que, os mesmos Senhores Vereadores, Vereador António Fernandes e Vereador Luís Miguel Rodrigues foram interpelados também no sentido de explicarem porque é que votaram contra, poderão explicar também essa questão do envio de documentos, está bem? -----
E depois a interpelação feita ao Senhor Vereador Adérito Figueira pelo Senhor Deputado Laureano Guedes. -----

----- **VEREADOR LUIS MIGUEL RODRIGUES (MAIS)**-----

Agradeço aos senhores Deputados que despoletaram aqui a minha intervenção e dos meus colegas Vereadores, sendo que enfim, ficaremos satisfeitos se podermos dar algum contributo para melhor esclarecimento, atendendo à importância desta matéria, deste ponto, que no fundo inicia três pontos, todos eles relacionados entre si, os pontos oito, nove e dez, no fundo são a decorrência lógica uns dos outros. Estamos portanto no ponto oito, relativamente à questão da estrutura orgânica. A primeira questão que me foi colocada pelo senhor Deputado Cláudio, teve a ver com a questão dos documentos e portanto, procedimento formal. Pronto, muito rapidamente, nós tivemos uma reunião ordinária de Câmara marcada para o dia dezoito de Setembro, tivemos uma reunião ordinária e portanto, como sabem, nós devemos receber os documentos com dois dias de antecedência, sendo que a ordem de trabalhos era já de si bastante extensa, portanto incluindo grande parte das matérias que os senhores Deputados estão hoje aqui a apreciar e aconteceu que na segunda-feira, recebemos os documentos. Eu entretanto tive oportunidade de os analisar no dia anterior, na terça-feira e constatei que havia um documento que não constava nem dos documentos que nos foram entregues, nem constavam da ordem do dia da reunião, que era exactamente esta questão da alteração do mapa de pessoal, já para 2014, que vem aqui a esta Assembleia sob o ponto nove. Eu próprio tomei a iniciativa de questionar os serviços da Câmara, através do senhor chefe de divisão financeira e administrativa, Dr. João Areias, sobre se não era de ser apreciado pela Câmara Municipal e votado, a questão do mapa de pessoal. Isto portanto, na terça-feira, dia dezassete, véspera da reunião. -----

Acta de Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

76

No final dessa tarde, ou meio dessa tarde, eu constatei a resposta do senhor chefe de divisão, dizendo que sim senhor, que de facto que devia seguir, mas que não tinha seguido por lapso, sendo que, na segunda-feira esse documento até já estava pronto, mas não seguiu para os membros do Executivo. Pronto e a questão foi esta. Quando chegámos à reunião de Câmara fomos, enfim, seguindo a ordem de trabalhos e chegámos a este ponto do mapa de pessoal, sendo que havia aqui duas lacunas. Era a lacuna da primeira alteração do mapa de pessoal para 2014, que não constava, repito, da ordem do dia, nem dos documentos e como sabem, Senhores Deputados, actualmente, com a nova lei que entrou em vigor no final do ano passado, a ordem do dia pode ser alterada na própria reunião do órgão deliberativo, na Assembleia, os senhores Deputados podem alterar a ordem do dia, mas essa possibilidade está já vedada no órgão executivo. Quer dizer, nas reuniões de Câmara não é possível alterarmos a ordem do dia e portanto, se há um assunto que não está na ordem do dia no prazo em que deveria estar, não pode depois ser incluído nessa ordem do dia. E portanto, aqui do que se trata é apenas de respeitar a lei, porque o problema não era só a alteração do mapa de pessoal de 2014. O problema aqui era também o mapa de pessoal de 2015, que não constava também, imagino que por lapso, dos documentos previsionais de 2015, que aqui vêm sob um dos pontos finais da ordem de trabalhos. Eram lapsos a mais e a verdade é que há aqui uma realidade inegável. A lei não permite que a Câmara na sua reunião de Executivo altere a ordem de trabalhos na reunião. E portanto, teve que ser marcada uma reunião extraordinária, que se realizou no dia vinte e três, se a memória não me trai, onde tratámos da questão do mapa de pessoal, tratámos das questões dos procedimentos concursais que vêm aqui sob o ponto dez e tratámos da questão dos documentos previsionais. Sendo que esta matéria em particular da estrutura orgânica, que estamos agora aqui a tratar, foi já deliberada na primeira reunião, foi já no dia dezoito. Portanto, penso que essa é a explicação relativamente à questão dos atrasos e porque é que se realizou uma reunião extraordinária. Após isso, ficámos a saber que a Assembleia Municipal que estava marcada para sexta-feira foi depois, por decisão da Senhora Presidente, alterada para o dia de hoje, eventualmente relacionado, ou não, com a reunião extraordinária, mas não me compete a mim pronunciar-me sobre essa questão. -----

Passando agora às razões pelas quais votei contra esta estrutura orgânica. Quando falamos de estrutura orgânica da Câmara, como sabem, estamos a falar

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

76

portanto do esqueleto da Câmara, da estrutura interna da Câmara Municipal. Quantas divisões, quantos gabinetes, com a nova nomenclatura legal, porque aquilo que se chamava de divisões, agora chama-se unidades flexíveis, enfim é um palavra, mas agora a lei adoptou essa designação. Aquilo que antes se chamava de secções, agora chama-se subunidades, outro palavrão. -----

A estrutura orgânica, como aqui já foi dito e essa foi uma das razões que eu observei na minha declaração de voto, a estrutura orgânica foi, eu na altura classifiquei, precipitadamente alterada por este Executivo pouco depois de iniciar funções. Se os senhores Deputados se lembram, a esta mesma Assembleia, no final do ano passado, veio já uma alteração da estrutura orgânica, porque entre outros argumentos, entendeu o Senhor Presidente de Câmara, que a anterior estrutura era pesada. E houve algumas alterações. Houve alterações ao nível das divisões das tais unidades orgânicas que foram comprimidas para quatro. Antes, embora só houvesse quatro chefes de divisão, havia cinco unidades orgânicas, foram comprimidas para quatro e agora, nove meses depois, temos a alteração dessa redução com uma nova ampliação. De quatro passa outra vez para cinco. Com uma diferença. É que em todas as cinco divisões passa a haver um dirigente, passa a haver um dirigente. E esta é a primeira perplexidade que eu aqui levanto. Eu quero-vos dizer que para além da perplexidade sobre a matéria em causa, o que mais me fez espécie na apreciação destas matérias foi a completa ausência de uma razão lógica. De uma explicação. Um fundamento. Porque o Senhor Vice-presidente vem aqui dizendo assim, bom mas isto é para o bem da Câmara, é para funcionar melhor, mas não explica porque é que funciona melhor nem em que medida é que funciona melhor. Na prática esta alteração tem só uma única decorrência, que é esta, havia quatro dirigentes, passam a haver cinco dirigentes. E a questão que eu coloquei, sem resposta, foi porquê? Porque é que eram quatro dirigentes e passam a ser cinco dirigentes? -----

Depois há outras questões que me levantam também espécie. O Senhor Vice-Presidente tirou hoje aqui, um coelho da cartola, que foi dizer há uma poupança de sete mil euros por mês. Mas não explicou como é que lá chegou. E se os Senhores Deputados repararem, na proposta que têm aí em papel, nada se refere sobre isso, absolutamente nada. Mais, na reunião de Câmara, em momento algum se referiu a essa circunstância. Portanto, eu como Vereador estou surpreendido e gostava de saber onde é que há essa poupança. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



Isto pode parecer complicado, segundo grau, terceiro grau. Ao nível dos dirigentes intermédios, que são aqueles que dirigem as divisões, nós temos o chefe de divisão típico, que é o de segundo grau e temos os de terceiro grau que podem ser criados. E a questão que eu coloco é esta: e querem ampliar de quatro para cinco, porque é que há um que fica de segundo grau e porque é que há os outros quatro que ficam de terceiro grau? Pergunta evidente: porque é que não ficam todos de terceiro grau? Resposta, nenhuma. Não obtivemos resposta a essa dúvida. Reparem, falou-se aqui do director de departamento. De facto, podia haver um director de departamento, que ia ganhar mais. E depois havia os outros dirigentes, mas o director de departamento, Senhores e Senhoras Deputados tem uma actuação transversal sobre todos os serviços da Câmara. Ou seja, temos um dirigente que tem uma actuação transversal sobre a estrutura da Câmara e depois temos os responsáveis por cada divisão. Compreende-se então que se o nível de responsabilidade do director de departamento é maior, que tenha um estatuto melhor do que os outros dirigentes. O que não se compreende é termos dirigentes que todos eles têm a mesma responsabilidade, que é dirigir uma divisão, uma divisão, haver um mais beneficiado em detrimento dos outros. Isto não é uma questão de somenos. Os senhores se virem os vencimentos do chefe de segundo grau e dos chefes de terceiro grau, vêem que há disparidades. O dirigente de segundo grau, por exemplo, recebe despesas de representação. Os de terceiro grau não recebem. E a questão que se coloca é porquê? Porquê? Em que medida é que melhora a eficiência da Câmara? Não responderam. Em que medida é que os serviços ficam a funcionar melhor? Não responderam. Em que medida é que os funcionários têm melhores condições? Não responderam. Há só uma questão que aqui se coloca. É subir o número de dirigentes, repito, de quatro para cinco. Porquê? -----

E por isso eu disse e afirmo que na ausência total de critérios objectivos, porque não há um único critério objectivo que presida a esta alteração, eu só posso ter uma conclusão, que os destinatários de estes pseudoconcursos que aí vêm, já estão definidos e os concursos são uma farsa. E são uma farsa até na própria forma como o júri dos concursos aqui vem tratado. Eu não vou falar sobre isso, porque isso é matéria do ponto dez e se os Senhores Deputados quiserem que eu dê a minha opinião sobre essa matéria eu terei todo o gosto em explicar, mas estes concursos arriscam-se a ser uma farsa, porque se há uma alteração, feita à pressa, às três pancadas e não se percebe porquê, não há

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

78

uma única razão. Eu de facto tenho a maior das dificuldades em perceber o que é que aqui se passa. Só percebo numa situação. É não haver critérios objectivos e haver critérios subjectivos. É de facto aquilo que o Senhor Vice-Presidente disse que não, disse, pelo amor de Deus, bem, eu queria acreditar na palavra do senhor Vice-Presidente. Eu respeito o Senhor Vice-Presidente. Mas não posso, porque não há critérios objectivos. Aqui há critérios subjectivos. Há conveniências pessoais e eu não voto em função de conveniências pessoais. -----

Portanto, há a questão do júri que será tratada no ponto à frente. Eu queria portanto aqui, em resumo, referir que votei contra, porque não é a eficiência, nem é obter melhor funcionamento da Câmara, isso não está aqui pura e simplesmente referenciado. E portanto, há aqui apenas gestão de questões pessoais. E por isso eu disse na reunião de Câmara e assim concluo a minha intervenção neste ponto, que não obstante este Executivo estar em funções há menos de um ano, já revela os piores vícios associados ao exercício prolongado do poder local. Isso, de facto, é absolutamente lamentável. -----

Eu penso que esta explicação, enfim, sobre a questão da estrutura orgânica, que é apenas o primeiro dos pontos, está aqui bem esplanada com um pormenor, que eu aqui queria dar Senhora Presidente, se me permite, que é uma outra matéria, que foi aqui a florada, que é a questão das subunidades. Que é importante falarmos disso das subunidades. O Senhor Vice-Presidente há pouco falou de uma lei, que foi alterada de facto, a lei 12-A/ 2008 foi alterada pela nova lei geral do trabalho em funções públicas que está em vigor desde este ano. Tem exactamente a interpretação completamente contrária àquela que o Senhor Vice-Presidente lhe deu. Este Executivo permanente, lamento reconhecê-lo, não sabe o que são subunidades, não sabe O aumento máximo do número de subunidades tem que ser autorizado pela Assembleia Municipal. E se os Senhores Deputados se lembram, em 2012, essa matéria veio à Assembleia Municipal, porque entretanto a lei mudou e houve que alterar a estrutura orgânica para a adaptar à nova lei. E a Assembleia Municipal autorizou o máximo de seis subunidades. As subunidades são as antigas secções, que de facto, são unidades destinadas a serem dirigidas por um coordenador técnico. A categoria é essa, coordenador técnico. A Assembleia autorizou seis. No ano passado, este Executivo permanente trouxe aqui uma alteração da estrutura orgânica e manteve o mesmo número de subunidades que a Assembleia portanto autorizou, seis, número máximo, seis. Eu realmente

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

79
[Handwritten signature]

fico estupefacto de ver o Senhor Vice-Presidente a dizer que foi uma injustiça o número de subunidades de seis, mas foi o número que este Executivo já aqui propôs no final do ano passado. Quer dizer, eu não compreendo. Mas reparem, nós estamos a aumentar de seis para oito? O senhor Vice-presidente disse «há oito coordenadores». Então se o senhor Vice-presidente quer dar uma secção a cada coordenador, pergunta, porque é que não aumentou de seis para oito? Resposta, não existe. Não existe. Aumentaram de seis para vinte e dois. Vinte e duas subunidades. Senhora Presidente da Assembleia estou a terminar com uma observação. É que este artigo da lei, o que refere é que cada secção, em princípio, deve ter dez assistentes técnicos. Agora façam as contas a vinte e duas subunidades. A estrutura da Câmara não comporta. O Senhor Vice-Presidente vem aqui tentar justificar esta proposta, mas em reunião de Câmara, e essa reunião de Câmara foi pública e havia público e aliás, há aqui Senhores Deputados que assistiram, o Executivo permanente não sabia o que eram subunidades. E não obstante eu chamar à atenção de que isto era errado, mantiveram assim a proposta. Vinte e duas subunidades é um completo disparate e só pode ser defendido por quem não sabe o que são subunidades. Mesmo depois de explicar, continuam a não aceitar. Não faz qualquer sentido. Seis para vinte e duas, com oito coordenadores. Então porque é que não aumentaram de seis para oito? Muito obrigado. -----

----- **VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES (PS)** -----

Nós Vereadores às vezes também passamos por estas coisa, também temos que explicar o que é óbvio e o que está mais do que explicado, porque já foi tudo dito e redito, tomadas posições, votos contra, nas reuniões de Câmara. Mas como os Senhores Deputados nos merecem todo o respeito, como é óbvio, também vamos aqui explanar os nossos pontos de vista e as razões porque tomámos determinadas posições. E vou-me excluir de explicar determinados assuntos que aqui tinha, porque foram bem explanados aqui e penso que entendidos por todos. Mas, isso não impede de que eu não tenha outras coisas a acrescentar e vou tentar ser o mais sucinto possível e de uma forma ver se consigo fazer passar a mensagem das razões que nos trazem aqui.-----

Primeiro, apressadamente, e todos nós sabemos, e se calhar é um pecado de que padece este Executivo, sabemos que há uns animais que são muito apressados e o que é que acontece? Parem os filhos mortos. É um pouco o que se está a passar aqui, porque mal este Executivo tomou posse, a primeira coisa

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Daslumbrente Património Natural

80

que fez foi fazer uma fusão. A fusão de uma divisão, ou melhor, entre duas divisões, a administrativa e a financeira. Ótimo. Nada a dizer, têm legitimidade para o fazer. Siga. Fizeram-na mais tarde e mais depressa do que nós pensávamos, vieram-nos dar razão, porque alguém disse que era um barco demasiado grande. Ora bem, mas grande para quem? Para a pessoa em causa, ou seja, para quem governa ou para quem é governado? Penso que me estão a entender. E eu queria aqui, muito claramente, dizer que nada me move contra ninguém. Para mim, em tudo na vida, as pessoas estão primeiro. Mas nós somos políticos. E nós temos que tomar decisões. Embora, não seja sempre de encontro aos ensejos das pessoas, nós temos que o fazer. Portanto, o que me move é só a questão política. -----

Passado nove meses, meros nove meses ou nem tanto, vai-se fazer totalmente o oposto daquilo que se propôs antes e que veio embrulhado de eficácia, de rigor, de competência, de que assim era melhor. Então agora é totalmente o oposto. O que se uniu, não é a mesma divisão, vai-se dividir depois, no urbanístico e nas obras. Portanto, para um lado é preciso unir. Para outro é preciso dividir. Para quê? Todos nós sabemos. Lá terão as suas razões, de quem devem e as obrigações que terão, portanto, em contentar. -----

Passado isto, depois, vêm então as tais subunidades. Ora as tais subunidades, vinte e duas, nós sabemos a dimensão da nossa Câmara, meus caros amigos, nós sabemos a dimensão da nossa Câmara. Eu deixo aqui uma interrogação aos Senhores Deputados, qual é a Câmara do País, excluindo Lisboa, Porto e Coimbra, que tem vinte e duas subunidades a funcionar? -----

Bom, mas o Senhor Vice-Presidente fez um favor a esta Assembleia, sabem o que é que foi? Apressou-se a dizer que não irão ser preenchidas. Ou pelo menos todas. Ora, o que é que nos deixa subentender? Que irão ser preenchidas, ele quer aqui um cheque em branco, para depois serem preenchidas como quiser e à maneira que quiser. Tira e põe. Estão a perceber? Dando-lhes aqui esse cheque em branco, depois põem e tiram e mais que já sabemos, até há reuniões gerais, que eu acho que nos outros mandatos nunca vi reuniões gerais de trabalhadores tanta vez como agora num ano, já vão para aí na segunda ou na terceira, para quê? Para deixar recados, tenham cuidado, olhem que isto, as coisas têm de ser assim. Bom, então deixa-se o bolo na mão deles para partirem como quiserem. E estas coisas, como aqui já foi dito, têm que ser com rigor, têm

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

87

de ser claras e temos que todos perceber qual é o fim a atingir. E o fim a atingir só pode ser os superiores interesses da Câmara Municipal. -----

Eu vou concluir, então diz o Senhor Vice-Presidente e bem também, a lei 35/2014, na minha opinião, vai-nos legitimar para fazer estas coisas. Pois é senhor Vice-Presidente, esta deve ser a mesma lei que diz que o senhor tinha que obter uma autorização do Governo para abrir este concurso e o senhor sabe que não apresentou essa autorização nas reuniões de câmara e esse foi um dos grandes factores que nos levou portanto a votar contra. -----

----- **A PRESIDENTE DA MESA** informou o senhor Vereador que ainda não estavam a discutir esse ponto, pedindo-lhe para terminar a sua intervenção.----

----- **VEREADOR ADÉRITO FIGUEIRA (MAIS)**-----

Esta Assembleia está de parabéns por todas as intervenções que faz e até por ter autorizado dois Vereadores a fazer aqui duas sessões políticas que não tem nada a ver com eles. Acho que a política é para os Membros da Assembleia, não é para os Vereadores. Os Vereadores têm que dizer aquilo que lhe é perguntando e mais nada. Mas já agora, eu vou também fazer aqui uma sessão política. Deram-me esse exemplo, Senhora Presidente dê-me lá cinco minutos de antena. -----

Eu, como sabem, votei contra e votei contra por dois motivos. O motivo é que já quando estava na Câmara, tenho isso em acta, votei a favor, quando disse contra era a ideia deles, votei a favor. Votei a favor porque quando estava na Câmara eu disse sempre isto, quem gere a Câmara é que tem que gerir o pessoal. Não é quem está lá fora, que não sabe os problemas que tem a Câmara, que vai gerir pessoal. Sempre fui assim. Sempre ouvi, e eu também sempre disse, que em primeiro lugar estavam as pessoas, mas quando chega a este momento, já não estão. Estão os interesses políticos. -----

Este é um dos motivos que me levou a votar a favor. O segundo é um que eu na reunião não disse e não queria também dizê-lo aqui, mas o Senhor Escultor Laureano fez-me o favor de me pôr o menino nos braços e eu agora tenho que me desenrascar com ele, por mais que ele berre. E quero dizer o seguinte: para bem falar, não foi o Senhor Escultor Laureano que me pôs o menino nos braços, foi a situação em si, em que eu nada fiz para que ela acontecesse. É muito lindo vir para aqui «eu não voto em coisas que não sejam políticas. Eu não voto em coisas pessoais». Eu vou terminar porque sou mais rápido e vou fazer-vos esta

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

82

pergunta. Como já vos disse, eu não fiz nada, mas absolutamente nada por isto, mas vou-vos fazer esta pergunta e gostava de saber qual era aquele que agiria de modo contrário. Se há alguém que agisse em modo contrário, eu peço as minhas mais sinceras desculpas, porque eu aí não fui correcto. -----

Colocaram-me nos braços um concurso em que quatro pessoas da minha família, mais duas pessoas, que não são da minha família, mas é como fossem, são potenciais candidatos a este concurso. Eu gostava de vos perguntar, se nesta situação, algum de vós votava contra? Obrigado.-----

----- **DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS)** -----

Realmente, eu não desencadeei aqui agressividade, nem houve agressividade. Houve pontos distintos na questão de definir estas áreas quentes que vamos ter aqui que discutir. Ao ouvir aqui estes dois Vereadores, sobretudo pertencendo ao Movimento MAIS, a minha leitura continua a ser a mesma, porque não podemos analisar isto politicamente nem afectivamente. Continuo a dizer que nos pontos em que fiquei esclarecido, num, acho que há aqui juízo de valores puramente políticos. Noutro, há um juízo de valores, inevitavelmente, sentimentais, se é que os temos que os observar a esse nível. -----

Continuo a dizer que para mim interessam as competências, porque ajuizemos também o valor. As pessoas que estão em causa porque estão em perigo de perder os seus lugares? São as competências que estão em causa? Um Executivo que entra de novo não tem legitimidade para ordenar a sua gestão em função dos seus objectivos? Ou temos na imutabilidade de entender, de segurar a gestão de uma Câmara é passividade da gestão? Temos que entender que este discurso, ou melhor, estes dois discursos, puseram uma dualidade ao Movimento MAIS e na qualidade de líder vou dizer que possivelmente o Movimento MAIS estará dividido, não sei, cada um vai votar na sua consciência e espero que a Assembleia tenha o bom senso de pôr de lado o sentimento e a parte política e também votar em consciência. -----

----- **A PRESIDENTE DA MESA** questionou o Senhor Vice-Presidente e a Senhora Vereadora Cristina Felgueiras para saber se queriam usar da palavra. Não o querendo fazer, disse que iria discutir com a Mesa a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Telmo Pinto, relativamente ao voto por escrutínio secreto deste ponto. Disse ainda que na sua opinião não deveria ser

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

83

por escrutínio secreto, mas que iria debater com a Mesa, pelo que interrompeu os trabalhos por breves instantes.-----

Debatida esta questão com a Mesa, informou que embora entendendo não ser esta uma situação de escrutínio secreto a assembleia iria votar a forma de votação.-----

Colocada esta questão a votação, o **voto por escrutínio secreto** obteve dezassete votos a favor, oito abstenções e oito votos contra. Foi dada a palavra ao senhor Deputado Marco Rodrigues para apresentar uma declaração de voto.

----- **DEPUTADO MARCO RODRIGUES (PSD):** -----

A minha declaração de voto vai no sentido de que em questões democráticas, a Assembleia votou, vai ser o voto secreto. Na certeza porém que eu tenho à vontade para dizer porque votei a favor do voto como tem sido normalmente e porquê? Porque não tenho nada a esconder, porque quem não deve não teme e eu, entendo eu, que é uma questão de justiça, se ninguém deve nada, porque estamos a falar de pessoas e de dinheiros e disto e daquilo, então fazíamos o voto todo como tem sido feito normalmente, com a mão no ar, sem ser preciso escondermo-nos nos papezinhos e a minha ideia é essa e concluo e digo assim, Senhores Deputados foi muito bonito o vosso gesto. É que assim serve de desculpa depois lá fora para dizer eu se calhar até nem votei ou se calhar até votei. Fica sempre a dúvida no ar. E a minha dúvida também fica aí. Eu assumo aqui publicamente a minha opinião.-----

----- A **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Marco Rodrigues e foi iniciada a chamada para a votação.-----

Os resultados da votação foram os seguintes: três abstenções, quinze votos a favor e quinze votos contra.-----

Em face do empate procedeu-se a nova votação tendo o ponto oitavo da ordem do dia "**Reestruturação orgânica, competências das unidades orgânicas e regulamento dos cargos de direcção intermédia de 3.º grau;**", tendo o mesmo sido **reprovado por maioria**, com dezasseis votos contra, catorze a favor e duas abstenções.-----

A Senhora Presidente informou os senhores Deputados que, como se tinha deliberado votar os pontos nove e dez, e apesar de estarem ligados ao ponto

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

84

oito, se teria que proceder à votação. Deu a palavra ao senhor Deputado Luís Lameiras para se pronunciar. -----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** -----

Senhora Presidente, eu não concordo nada, absolutamente nada, em relação àquilo que acabou de dizer. Porquê? Porque se o mapa de pessoal e os concursos que iriam ser abertos têm a ver com a nova organização, portanto, é na sequência da nova organização que eles têm razão de ser, portanto é absolutamente ilógico estar a votar os pontos nove e dez, se aquele que lhes dá razão de ser foi chumbado. Portanto, isso é uma incongruência total, absoluta. Não pode ser do meu ponto de vista. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Com respeito à sua posição, eu também considerava-o, e disse-o aqui, fiz constar e votei contra este tipo de votação e no entanto pus o ónus também para aí. Entendemos que uma vez que foi deliberado votar por escrutínio secreto estes pontos é isto que nós vamos fazer. Está bem? Se calhar perdemos menos tempo do que estar aqui com outras intervenções.-----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** Eu discordo, Senhora Presidente. Discordo pelas razões que já explanei aqui. Portanto, é um absurdo. Aquilo que a senhora pretende fazer agora aqui nesta Assembleia é um absurdo. Não pode ser, não tem lógica. Isso que diz só teria razão de ser se efectivamente este ponto número oito tivesse sido aprovado. Aí sim, teria toda a lógica. Mas não é o caso. Então se os concursos, se o mapa de pessoal advêm da nova organização, se a reorganização foi chumbada, como é que é possível estarmos a votar os pontos nove e dez? Não tem lógica. É absolutamente ilógico, ilegal.--

-----A **PRESIDENTE DA MESA** após conferência com a Mesa, e atendendo que os pontos nove e dez estavam relacionados com o ponto oito, a Mesa decidiu passar à Assembleia a decisão de votar ou não os referidos pontos. Antes da votação deu a palavra ao senhor Deputado Cláudio Vilela depois de este a ter solicitado. -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):**-----

De facto a Senhora Presidente está a passar o ónus da responsabilidade para a Assembleia Municipal e a Assembleia Municipal que assuma a irresponsabilidade. Ouseja, votar os pontos seguintes é uma irresponsabilidade. É um acto ilegal. É um acto que pode ser considerado nulo.

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

85

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Deputado Cláudio Vilela, também a Mesa decidiu passar o ónus para a Assembleia relativamente à forma de votação. -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** Compreendo perfeitamente, Senhora Presidente, deixe-me concluir, se fizer o favor. O mais grave no meio disto tudo é que as pessoas votem sem saber aquilo que está em causa. -----

Alguns Deputados podem não ter consciência daquilo que vão fazer. Vão votar uma coisa que é ilegal. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Ó senhor Deputado Cláudio Vilela, está a tratar os seus colegas de Assembleia como? -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** Estou a falar até de mim próprio, posso falar de mim próprio. Senhora Presidente posso concluir a minha intervenção ou não? Portanto nesse sentido eu acho que é necessário esclarecer esta Assembleia o que é que está em causa. Por isso mesmo, eu ia solicitar, mais uma vez, a intervenção dos Senhores Vereadores da oposição para que isso seja esclarecido. Agora, claro que ficará na atitude da Senhora Presidente. -----

----- Após debate e porque o Senhor Vereador Luís Miguel Rodrigues foi interpelado e quis usar da palavra (tendo sido referido pelo Senhor Deputado Cláudio Vilela que a interpelação poderia ser somente para este Senhor Vereador) a mesma foi-lhe concedida. -----

----- **VEREADOR MIGUEL RODRIGUES:** -----

Quem devia usar aqui da palavra, neste momento, não era eu. Quem devia aqui usar da palavra era o senhor Vice-Presidente, que representa a Câmara Municipal e que devia aqui apenas fazer uma coisa em representação da Câmara, que era retirar, pedir à Senhora Presidente da Assembleia para retirar estes dois pontos da ordem de trabalhos. Era o senhor Vice-Presidente, Presidente em exercício, que o devia fazer. Uma vez que o não faz, quero apenas esclarecer-vos de uma coisa tão simples, tão simples, tão simples, que é até constrangedor para mim aqui explicar o que é óbvio. -----

Os Senhores Deputados Municipais com certeza, olharam para o mapa de pessoal .Parto do princípio que analisaram os documentos que lhes foram entregues, olharam para o mapa de pessoal e perceberam que o mapa de

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

86

pessoal é uma decorrência da estrutura orgânica, porque tem lá vários lugares que estão previstos na estrutura orgânica. Se a estrutura orgânica foi chumbada e portanto vigora a estrutura orgânica que está actualmente, este mapa de pessoal não pode ser aqui aprovado. Tem que ser reformulado pela Câmara e então vir aqui de novo. É tão simples quanto isto. Mais, o ponto seguinte ao mapa de pessoal, que é a abertura dos concursos e que por seu turno é a decorrência do mapa de pessoal. Se não há mapa de pessoal alterado, também não podem ser abertos concursos para preenchimento dos lugares que estão previstos no mapa de pessoal e este mapa de pessoal prevê novos lugares. Mas não pode haver alteração do mapa de pessoal se a estrutura orgânica que preside a esse mapa não foi aqui aprovada. Isto parece-me tão evidente, parece-me tão óbvio, aqui salientando o que o senhor Deputado Laureano há pouco referiu, não são considerações políticas. Isto é o óbvio. Isto é explicar porque é que dois mais dois é igual a quatro. Não é três nem cinco. É quatro. -----

Senhores Deputados, e faço aqui esta advertência à Senhora Presidente da Assembleia, obviamente, os pontos seguintes não estão em condições de serem aqui votados. Obviamente. E quem devia tomar a iniciativa de pedir para que esses pontos fossem retirados é o Senhor Presidente da Câmara em exercício. É óbvio. Muito obrigado. -----

A PRESIDENTE **DA MESA** pôs à consideração da Assembleia se os **pontos nove e dez - Mapa de pessoal 2014 e Alteração e Abertura de procedimentos concursais comuns para preenchimento de postos de trabalho** deveriam ou não ser votados, tendo sido **deliberado por maioria** que os mesmos deveriam ser **retirados da ordem do dia**.-----

De seguida a Presidente da Mesa introduziu o **ponto onze** da ordem do dia: **"Protocolo de fornecimento de serviço público com a empresa de viação Beira-Douro, Lda. - Conhecimento"**. Questionou o Senhor Vice-Presidente se queria pronunciar-se sobre estes ponto, o qual respondeu que não. O mesmo aconteceu com os Senhores Deputados, não havendo ninguém a querer usar da palavra. Deste modo, a Senhora Presidente da Mesa considerou o ponto apreciado. -----

Introduziu o **ponto doze** da ordem do dia: **"Pacote fiscal 2015: Derrama, Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Taxa Municipal de Direitos de**

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

87

Passagem (TMDP) e participação variável de 5% no IRS - Aprovação, dando a palavra ao Senhor Vice-Presidente para se pronunciar sobre o mesmo.-

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

Vem aqui para aprovação uma proposta de pacote fiscal para 2015, com os valores das taxas a aplicar. Relativamente à derrama, o importo municipal sobre imóveis (IMI), a taxa municipal de direitos de passagem e participação variável de 5% no IRS. Como sabem, por força da situação de desequilíbrio estrutural em que o Município de encontra, estas taxas terão que ser sempre levadas ao máximo. É tudo o que me oferece dizer. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Abriu período de inscrições, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Marco Rodrigues e João Paulo Vilela. -----

----- **DEPUTADO MARCO RODRIGUES (PSD):** -----

A minha intervenção vai no sentido de justificar o meu voto, que vai ser um voto de abstenção. Porquê? Porque eu no mandato anterior, eu anteriormente era Presidente de Junta e votei contra o PAEL. Nesse contexto, como eu votei contra o PAEL agora também não teria lógica eu votar a favor desta imposição da lei, digamos assim. Nesse sentido, o meu voto é de abstenção, por esse motivo. -----

----- **DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD):** -----

É só para dizer que vamos votar favoravelmente. É uma situação que decorre da lei, mas não queria deixar de mencionar, que a propósito da aprovação do PAEL, aqui nesta Assembleia Municipal que na altura absteve-me porque discordava dele e esta era uma das situações que tinham inconvenientes sérios em relação ao PAEL, independentemente das vantagens que poderá ter trazido. Portanto, é só para justificar isso. -----

----- **DEPUTADA EDUARDA SAMPAIO (MAIS):** -----

Eu penso, e digam-me se estiver enganada, que as Câmaras como a nossa, endividada, é obrigatório ir ao máximo, não é? Obrigada. -----

----- A **PRESIDENTE DA MESA** colocou a votação o ponto doze da ordem do dia: ***"Pacote fiscal 2015: Derrama, Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) e participação variável de 5% no IRS; Aprovação"***, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com dezoito votos a favor e catorze abstenções. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

88

Introduziu de seguida o **ponto treze** da ordem do dia: **“Moção Contra a Extinção da Casa do Douro - Conhecimento”**, tendo perguntado se alguém queria usar da palavra sobre esta Moção enviada pela Assembleia Municipal de Sabrosa. -----

Não havendo ninguém que quisesse usar da palavra introduziu o **ponto catorze** da ordem do dia: **“Documentos previsionais (Orçamento e Grandes Opções dos Planos) para o Exercício Económico de 2015; artigo 45 nº 1, da lei 73/2013, 03/09”**, tendo explicado que a matéria deste ponto era só para conhecimento, pois que a aprovação só iria ocorrer em Novembro.-----

Apresentou, de seguida, o **ponto quinze** da ordem do dia: **“Moção Contra a introdução de portagens na A4”**, informando que a moção havia sido enviada pela Assembleia Municipal de Bragança que pediu a aprovação do texto.-----

Para este ponto inscreveu-se o senhor Deputado Cláudio Vilela. -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** -----

Vou ser muito rápido e para dizer que estamos inteiramente de acordo, aliás foi uma bandeira, desde sempre, do Partido Socialista, a não introdução de portagens, assim como a conclusão de todas as obras, do túnel do Marão, etc.. Portanto, só podemos votar a favor. Muito obrigado -----

----- Não havendo mais inscrições, foi colocado a votação o ponto quinze da ordem do dia: **“Moção Contra a introdução de portagens na A4”**, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

Introduziu de seguida o **ponto dezasseis** da ordem do dia a **Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “Reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas Associações, Colectividades, Comissões de Festas e IPSS”**, dando a palavra ao senhor Deputado Telmo Pinto. -----

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** -----

É só para me associar, com prazer e orgulho pela apresentação desta Moção, pela Bancada do PSD. Contudo também um apelo, que é aproveitar a oportunidade, no sentido de pedir ao Executivo camarário esta atenção, justa e devida que está feita nesta Moção, plasmada nesta Moção, para munir de alguns recursos financeiros estas mesmas instituições, associações, grupos e comissões de festas, portanto numa parceria que se pretenda seja profícua e de benefício para ambas as partes. É só.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

89

----- A **PRESIDENTE DA MESA** colocou o **ponto dezasseis** da ordem do dia a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: **“Reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas Associações, Colectividades, Comissões de Festas e IPSS”**, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

----- Tendo sido solicitada, foi dada a palavra à Senhora Vereadora Cristina Felgueiras.-----

----- **VEREADORA CRISTINA FELGUEIRAS:**-----

Relativamente à questão do Atlético, que o Senhor Deputado Duarte falou quando eu não estava presente, eu pensei que a discussão do ponto tinha terminado com o pedido de esclarecimento dos Senhores Deputados e depois com a minha intervenção. Eu quero esclarecer que não deu entrada nesta Câmara nenhum pedido de reunião para falar sobre o encerramento, a dificuldade da nova direcção do Atlético aqui na Câmara. O único requerimento que existiu, ou o único pedido que existiu foi do senhor Presidente da Direcção, a meio da época, a solicitar a visita da Vereadora às instalações, uma vez que ele considerava que eu ainda não as conhecia, o que facto também era mentira, porque eu já tinha ido lá, como é óbvio, com o Chefe de Divisão. E portanto, queria esclarecer que o Atlético não deu entrada de nenhum requerimento para reunir quer com a Câmara, quer com outros sócios, relativamente à questão do encerramento, do abandono da Direcção, ou dificuldades.-----

A **SENHORA PRESIDENTE** agradeceu a presença de todos e deu por terminados os trabalhos.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa.-----

Regista-se que em todas as intervenções, o Sr. Vice-Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores e os Senhores Deputados usaram da palavra pelo modo previsto no nº1 do art. 44º do Regimento.-----

A Mesa

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-09-30